



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025
(Processo Administrativo nº 15571/2025)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através da sua Pregoeira, Sra. Débora Conceição das Virgens Sales, designada pelo Decreto Municipal nº 5.533/2025, que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, cujo objeto é executada pelo **REGIME DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM DAS ÁREAS PÚBLICAS (PRAÇAS, PARQUES, AVENIDAS/LOGRADOUROS, JARDINS E AFINS), INCLUINDO ÁREAS VERDES E DO ECOSSISTEMA DE RESTINGA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, INCLUINDO PLANTIO E TRANSPLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E FORRAÇÕES DE GRANDE PORTE, SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E FORRAÇÕES DOENTES E ENRIQUECIMENTO DE ÁREAS JÁ ARBORIZADAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.**

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 03/10/2025, às 09h;

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3. OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação- INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) responsável, ou por seu suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “LICITANET”, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em [https://portal.licitanet.com.br/no menu ajuda/manuais](https://portal.licitanet.com.br/no%20menu%20ajuda/manuais) ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).

3.5.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5.9. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.5.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1 Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.

4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.10. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

5.1.1. A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:

5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;

5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;

5.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.5. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.5.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.5.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.6.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.7. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.7.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.8 Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.9. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pelo pregoeiro no sistema ou pela sua desconexão.

5.10. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O pregoeiro classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- 6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.4. Os lances formulados deverão indicar o MENOR PREÇO GLOBAL.
- 6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.7.1 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)**.
- 6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9 Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 6.10 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades.
- 6.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 6.11.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.12 Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.11.1; 6.11.2 e 6.11.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 6.13 No caso de desconexão com o responsável pela licitação, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EMPATES ENTRE PROPOSTAS

7.1 Considerando o art. 3º da Lei Complementar 123/06 e o art. 4º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos da orientação da procuradoria Jurídica, procede-se com a exclusão do benefício previsto para ME/EPP para a presente contratação.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1 Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3 A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4 O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá ao(a) Pregoeiro(a) verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2 A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação do Pregoeiro no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pelo Pregoeiro quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.2.1 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados juntamente com a proposta escrita conforme modelo em anexo a este edital, sob pena de não aceitação da proposta.

9.2.2. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.2.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.2.4 Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.2.5 Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

9.2.6 Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1 O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO VI, deverá dispor:

10.1.1. Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

10.1.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo, e o total de cada lote cotado, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

10.1.3. conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

10.1.4. conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

10.1.5. conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

10.1.6. Não serão aceitos preço unitário e global do Lote, acima dos valores de Referência da Administração.

10.1.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.1.8 A proposta das empresas deverá conter a marca, o fabricante e a procedência do material oferecido.

10.1.9 VISTORIA:

10.1.9.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 16:00 horas.

10.1.9.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

10.1.9.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.1.9.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.1.9.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

11. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1 O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

11.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

11.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

- 11.2.1. conter vícios insanáveis;
- 11.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 11.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

11.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

11.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.4.1.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, através da apresentação de planilha de composição de custos incluindo, transporte, taxas, impostos, etc, como também a apresentação de notas fiscais equivalentes ao objeto licitatório para tal comprovação.

11.4.1.3 A licitante convocada para apresentar os documentos do item 11.4.1.2 terá um prazo de 2h a contar do prazo de convocação.

11.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

12. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência para prestação do serviço com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de falta do serviço e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço, originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

13. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

13.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

13.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.7 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

13.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

13.7.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

13.7.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

13.7.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

13.7.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7.5.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

13.7.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 13.7 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

13.7.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.7.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.7.9. Por razão de interesse público;

13.7.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

13.8 MODELO DE GESTÃO DA ATA

13.8.1 A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

13.8.2 A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

13.8.3 O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

13.8.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

13.8.5.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

13.8.6 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

13.8.7 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

13.8.8 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

13.8.9 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

13.8.10 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

13.8.11 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

13.8.12 Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14133 de 2021.

14. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1 As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.

14.1.1 Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2 As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

14.3 A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

14.4 As licitantes remanescentes convocados, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 22.

14.5 O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

14.5.1 A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Boletim Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;

b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

14.5.2 A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judícia” e “ad negocia”.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

15.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

15.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.**

15.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

15.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 15.7. deste edital.

15.7 Dos documentos que compõem a **habilitação**:

15.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.7.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.7.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.7.1.3 **Microempreendedor Individual- MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.7.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

15.7.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.7.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.7.1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.7.1.9 **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.7.1.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.7.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

15.7.2.1 Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

15.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

15.7.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada;

15.7.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS: Certidão de Regularidade de Situação- CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

15.7.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

15.7.2.6. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’;

15.7.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

15.7.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

15.7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

15.7.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

15.7.3.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

15.7.3.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

15.7.3.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

15.7.3.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.7.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

15.7.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.7.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.7.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

15.7.4.1 Comprovação de que presta ou prestou, sem restrição, atividades de natureza semelhante pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação será feita por atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do profissional, expedida por este Conselho, compreendendo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela dos serviços mais relevantes, os quais abrange todos os serviços elencados na Planilha de Proposta de Preços, conforme anexo I deste Termo de Referência.

15.7.4.2. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional habilitado, com formação em Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável técnico pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.

15.7.4.3. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional habilitado, com formação em Engenharia de segurança do trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável pelo acompanhamento das atividades diárias, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.

15.7.4.4. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional com formação de Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária com o devido registro no Conselho da Categoria;

15.7.4.5. Apresentar CAT com atestado técnico para projeto de instalações e Manutenções de Sistemas de Irrigação Automatizada em nome da empresa e do profissional.

15.7.4.6. Apresentar CAT com atestado técnico para transplantes de árvores, palmáceas e arbustos de restinga em nome da empresa e do profissional.

15.7.4.7. A equipe elencada acima deverá ter vínculo e esse será comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- a) No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), expedida pelo ministério de trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário.
- b) No caso de vínculo societário, ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comercio competente, domicílio ou da sede do licitante.
- c) Contrato de prestação de serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes.
- d) Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora.

15.7.4.8. Apresentar currículo do engenheiro responsável técnico: Cópia do RG, CPF e do registro no órgão competente.

15.7.4.9. A empresa licitante ao certame licitatório deverá apresentar Registro ou Inscrição na entidade competente, emitido pelo Conselho Regional da Categoria.

15.7.4.10. Apresentar o Comprovante de Inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP: certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral; (Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, DOU 11/04/2013).

15.7.4.11. Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

15.7.4.12. Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

15.7.5 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

15.7.6 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

16.2. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o(a) Pregoeiro(a) poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

16.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

16.3. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 16.2.

16.3.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

16.3.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

16.3.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

16.3.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

16.3.5. A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

16.3.6. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

16.3.7. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

16.4. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

16.5. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

17.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

- a) julgamento das propostas;
- b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- c) anulação ou revogação da licitação;

17.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

17.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

17.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos ao(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

17.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

17.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

17.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.

17.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1 A empresa contratada deverá realizar os serviços de acordo com a demanda da Administração, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades:

a) Limpeza e Preparo das Áreas

- Roçagem manual ou mecanizada da vegetação invasora ou excessiva;
- Coleta e remoção de resíduos sólidos e vegetais;
- Destinação adequada dos resíduos, conforme normas ambientais

b) Plantio e Transplântio

- Abertura manual ou mecanizada de berços de plantio, com dimensões adequadas a cada espécie;
- Plantio de mudas nativas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte;
- Transplântio de espécies vegetais de locais em risco ou conflito, com técnicas adequadas para garantir sua sobrevivência;
- Tutoramento, irrigação e cobertura morta (mulching) para garantia da fixação das mudas;
- Adoção de medidas para garantir o enraizamento e adaptação das espécies transplantadas.

c) Substituição de Espécies Doentes ou Mortas

- Identificação e remoção de árvores, palmáceas e forrações em estado comprometido ou morto;
- Substituição por novas mudas com características equivalentes ou mais adequadas ao local.

d) Enriquecimento de Áreas Arborizadas

- Identificação de clareiras ou áreas com baixa densidade arbórea;
- Introdução de novas espécies nativas para enriquecimento da biodiversidade;
- Intervenções em conformidade com o plano paisagístico e ecológico do município.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

e) Irrigação, Adubação e Manutenção

- Irrigação periódica das mudas plantadas e das áreas em implantação, especialmente nos períodos de estiagem;
- Adubação orgânica e/ou mineral conforme recomendação técnica;
- Controle de pragas e doenças com técnicas de manejo integrado, preferencialmente não químico;
- Podas de formação e limpeza, conforme as normas técnicas e recomendações ambientais.

f) Relatórios e Fiscalização

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, com registro fotográfico georreferenciado das áreas atendidas, descrição dos serviços realizados, espécies plantadas, quantidades, condições das mudas e observações técnicas;
- A fiscalização dos serviços será realizada por equipe designada pela Administração Pública, que poderá solicitar ajustes, correções ou realocação de recursos em campo, mediante justificativa técnica.

g) Pessoal e Equipamentos

- Toda a equipe envolvida deverá estar devidamente uniformizada e identificada, com uso obrigatório de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual);
- Os profissionais devem possuir capacitação compatível com suas funções, especialmente os responsáveis técnicos por atividades de plantio, poda e manuseio de espécies nativas;
- Os equipamentos utilizados deverão estar em bom estado de conservação e em conformidade com as normas de segurança e meio ambiente.

18.2. A prestação dos serviços deverá atender aos padrões técnicos estabelecidos pela SEMMA, podendo ser exigida a apresentação de cronograma físico, plano de manutenção e relatórios técnicos periódicos durante a execução contratual.

18.3. O prazo de início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

18.4. Os serviços deverão ser realizados em horário comercial (das 8h às 17h), nos diversos logradouros do município de Lauro de Freitas/BA, conforme determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS- Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.

18.5. Caso não seja possível o início da execução dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

18.6. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, conforme necessidade identificada pela SEMMA, formalizada por ordens de serviço. Essa sistemática assegura controle orçamentário, flexibilidade e resposta tempestiva à dinâmica urbana.

19. DOS PRAZOS

19.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto na Lei Federal 14.11/2021.

19.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

19.3.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

19.3.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

19.3.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

19.3.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

19.3.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

19.4 O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

19.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

19.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

19.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

20.1 Recebimento

20.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da conclusão, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

20.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

20.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

20.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

20.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

20.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

20.2. Liquidação

20.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

20.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

20.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

20.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

20.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

20.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.3. Prazo de pagamento

20.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20.4. Forma de pagamento

20.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

20.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

20.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

21. DAS OBRIGAÇÕES

21.1 DA CONTRATADA

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Executar devidamente os serviços descritos no Termo de Referência, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- k) A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.2 DA CONTRATANTE

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) A Administração fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

22. DAS PENALIDADES

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 22.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

22.1, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado;
- b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

22.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 22.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 22.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 22.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

22.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.9.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

22.10. A aplicação das sanções previstas no item 22.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

22.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

22.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

22.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

22.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

22.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.

22.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

23. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

23.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br.

23.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

23.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

23.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

24. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

24.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

24.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

24.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

24.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

24.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

24.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

24.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

24.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

24.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

24.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

24.9. Garantia Contratual:

24.9.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96º e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor inicial do contrato que venha a ser celebrado em decorrência da Ata de Registro de Preços, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual e conforme regras previstas em contrato.

24.9.2 Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

24.9.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante.

24.9.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

24.9.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

24.9.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

24.9.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

24.9.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

24.9.5. As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96º da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

26. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

26.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

26.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

26.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

26.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

26.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

26.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

26.8. A Gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA.

26.9. Fiscalização:

26.9.1. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

26.9.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

26.9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

26.9.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

26.9.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

26.10. Gestor do Contrato

26.10.1 Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

27.3 As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

27.4 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

28. FORO

28.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

29. ANEXOS DO EDITAL

29.1 Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO IV	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO V	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VII	MINUTA DA ATA
ANEXO VIII	MINUTA DO CONTRATO

29.2 – Este Edital contém 123 (cento e vinte e três) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas /BA, 18 de setembro de 2025.

Brígido Nunes de Rezende Neto
Secretário Municipal de Meio Ambiente



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15571/2025

1. OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “a”)

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas.

1.2. A empresa a ser contratada, deverá executar/fornecer de acordo com a Ordem de Serviço (OS) emitida pelo setor competente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, os seguintes serviços, conforme planilha de quantitativos e cronograma de desembolso abaixo:

- Planilha de quantitativos e orçamento de preços

ORÇAMENTO SINTETICO									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			LIMPEZA DE ÁREAS					R\$ 176.250,00	2,87 %
1.1	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m²	25.000,00	R\$ 4,84	R\$ 6,17	R\$ 154.250,00	2,51 %
1.2	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	25.000,00	R\$ 0,69	R\$ 0,88	R\$ 22.000,00	0,36 %
2			PLANTIO DE MUDAS, CERCAS VIVAS E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES					R\$ 1.324.430,00	21,57 %
2.1	98513	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	UN	3.000,00	R\$ 58,78	R\$ 75,01	R\$ 225.030,00	3,66 %
2.2	98514	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU	UN	2.000,00	R\$ 67,08	R\$ 85,60	R\$ 171.200,00	2,79 %



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO SINTETICO									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
			IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024						
2.3	98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10.000,00	R\$ 72,74	R\$ 92,82	R\$ 928.200,00	15,11 %
3			ENRIQUECIMENTO FLORESTAL					R\$ 649.866,00	10,58 %
3.1	13737	ORSE	Planta- Ipê roxo (Tabebuia impetiginosa), porte da muda = 1,50m, fornecimento e plantio	un	150,00	R\$ 91,42	R\$ 116,66	R\$ 17.499,00	0,28 %
3.2	9126	ORSE	Planta- Ipê roxo (tabebuia) h=1,00m, fornecimento e plantio	un	150,00	R\$ 103,53	R\$ 132,11	R\$ 19.816,50	0,32 %
3.3	3646	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150,00	R\$ 2.450,00	R\$ 3.126,56	R\$ 468.984,00	7,64 %
3.4	2400	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro jovem, altura do tronco = 1.20m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150,00	R\$ 750,00	R\$ 957,11	R\$ 143.566,50	2,34 %
4			TRANSPLANTIO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E ARBUSTOS					R\$ 170.962,00	2,78 %
4.1	C1253	SEINFRA	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO .ATÉ 5KM	m³	200,00	R\$ 142,24	R\$ 181,51	R\$ 36.302,00	0,59 %
4.2	C2035	SEINFRA	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m³	200,00	R\$ 175,96	R\$ 224,55	R\$ 44.910,00	0,73 %
4.2	C2534	SEINFRA	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m³	200,00	R\$ 6,42	R\$ 8,19	R\$ 1.638,00	0,03 %
4.3	8814	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200,00	R\$ 88,00	R\$ 112,30	R\$ 22.460,00	0,37 %
4.4	98518	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M . AF_07/2024	UN	200,00	R\$ 257,23	R\$ 328,26	R\$ 65.652,00	1,07 %
5			MANUTENÇÃO TÉCNICA					R\$ 3.819.605,70	62,20 %



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ORÇAMENTO SINTETICO									
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
5.1	17.93.24	EMBASA	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300,00	R\$ 5.944,32	R\$ 7.585,84	R\$ 2.275.752,00	37,06 %
5.2	53831	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA- MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_06/2014	H	2.920,00	R\$ 190,70	R\$ 243,36	R\$ 710.611,20	11,57 %
5.3	17.04.02	EMBASA	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	100 M	250,00	R\$ 2.611,74	R\$ 3.332,97	R\$ 833.242,50	13,57 %
					Total sem BDI		4.812.437,50		
					Total do BDI		1.328.676,20		
					Total Geral		6.141.113,70		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

➤ Cronograma de desembolso

Cronograma Físico e Financeiro														
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	360 DIAS
1	LIMPEZA DE ÁREAS	100,00% 176.250,00	50,00% 88.125,00	50,00% 88.125,00										
2	PLANTIO DE MUDAS, CERCAS VIVAS E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES	100,00% 1.324.430,00		20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00						
3	ENRIQUECIMENTO FLORESTAL	100,00% 649.866,00					20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20			
4	TRANSPLANTIO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E ARBUSTOS	100,00% 170.962,00				20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40
5	MANUTENÇÃO TÉCNICA	100,00% 3.819.605,70		20,00% 763.921,14	10,00% 381.960,57		10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57		10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57
Porcentagem			1,44%	18,19%	10,53%	4,87%	12,65%	13,21%	8,34%	8,89%	8,34%	0,56%	6,22%	6,78%
Custo			88.125,00	1.116.932,14	646.846,57	299.078,40	776.819,77	811.012,17	511.933,77	546.126,17	511.933,77	34.192,40	381.960,57	416.152,97
Porcentagem Acumulado			1,44%	19,62%	30,16%	35,03%	47,68%	60,88%	69,22%	78,11%	86,45%	87,0%	93,22%	100,0%
Custo Acumulado			88.125,00	1.205.057,14	1.851.903,71	2.150.982,11	2.927.801,88	3.738.814,05	4.250.747,82	4.796.873,99	5.308.807,76	5.343.000,16	5.724.960,73	6.141.113,70



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Classificação do objeto

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica podendo ser através de Ata de Registro de Preços, conforme definido no art. 28º, I e art. 78º, IV da Lei n.º 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto na Lei Federal 14.11/2021.

1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

1.6.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

1.6.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

1.6.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

1.6.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

1.6.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

1.7. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.8. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

1.9. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

1.10. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2. JUSTIFICATIVA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “b”)

2.1. A Contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplantio de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas, representam instrumentos essenciais para a promoção da qualidade de vida, do equilíbrio ambiental e da estética urbana e costeira. Diante da intensificação dos processos de urbanização no Município de Lauro de Freitas, torna-se imprescindível que o Poder Público atue de maneira estratégica e proativa na preservação, ampliação e manejo responsável dessas áreas.

2.2. A presente contratação visa atender essas demandas crescente, assegurando a implementação de ações planejadas de plantio, conservação, substituição de espécies nativas dessas áreas comprometidas, enriquecimento da vegetação existente e manutenção contínua dos espaços públicos, com foco na sustentabilidade ambiental e na melhoria do bem-estar da população. Trata-se de medida que se insere no escopo das funções precípua da gestão pública, entre elas a proteção ambiental, a ordenação territorial e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

2.3. Os solos onde se desenvolvem florestas, arbustais e campos de restinga são oriundos da deposição arenosa trazida pelo mar nas últimas transgressões marinhas, quando o mar avançou sobre o continente durante o Quaternário (último período geológico, quando houve ciclos de glaciações intercaladas por períodos interglaciais nos polos e transgressões e regressões marinhas nos trópicos), e por transporte de areias continentais durante os períodos regressivos, quando o mar se afastou do continente. Como se trata de um ambiente geologicamente muito jovem, não houve tempo para a especiação (surgimento de novas espécies) e assim o endemismo é muito baixo, fato que contribui para a menor diversidade de plantas na restinga em relação às florestas úmidas. As restrições ambientais na restinga fizeram a seleção das espécies mais apropriadas, com as plantas vindo dos ambientes mais próximos. Nos períodos interglaciais, havia a expansão das florestas e a conexão entre a Mata Atlântica e a Amazônia e, nos glaciais, havia retração das florestas e expansão das formações abertas, como savanas, campos e restinga sobre dunas.

2.4. Nas formações arbustivas e campestres, os estresses ambientais são ainda maiores do que nas florestas, e as plantas apresentam diversas adaptações à falta de água, à pobreza de nutrientes dos solos, a baixa capacidade de retenção de água das areias quartzosas associada à forte ação dos ventos marinhos, a elevada salinidade provocada pela ação dos aerossóis e a elevada insolação. Algumas adaptações são o porte pequeno, folhas grossas, perenidade das folhas (não perdem as folhas, fazendo assim economia de nutrientes), capacidade de aproveitamento de nutrientes do ar, trazidos pelos ventos e pelas chuvas, e dos solos, através da associação com micro-organismos. Por causa dessas adaptações ao ambiente, é imprescindível um conjunto de medidas para atuar nesse ambiente como a coleta de sementes para a produção de mudas para arborização da orla marítima seja realizada em áreas de restinga, bem como, os cuidados especiais com o “spray” marinho, entre outros cuidados.

2.5. A Secretaria de Meio Ambiente - SEMMA, ciente de sua responsabilidade socioambiental, reconhece que a gestão desses espaços deve incorporar práticas que fortaleçam a resiliência urbana e costeira frente às mudanças climáticas, ampliem a arborização urbana e promovam cidades mais inclusivas, verdes e preparadas para os desafios contemporâneos. Nesse sentido, a iniciativa reafirma o compromisso do Município com os princípios constitucionais da eficiência, da razoabilidade, da moralidade administrativa e da função social da cidade, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2.6. A contratação visa atender à crescente demanda por espaços públicos arborizados e paisagisticamente qualificados, oferecendo benefícios como:

- Redução de ilhas de calor e melhoria do conforto térmico;
- Promoção da biodiversidade urbana e costeira;
- Melhoria da qualidade do ar;
- Valorização paisagística e ambiental das áreas públicas;
- Atendimento às diretrizes do Plano Diretor e às demandas comunitárias por espaços mais verdes.

2.7. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS ÁREAS MAPEADAS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA realizou um levantamento preliminar que identificou as áreas prioritárias para as ações de arborização e paisagismo, destacando:

- Praças públicas nos bairros: **Itinga, Centro, Areia Branca, Pitangueiras, Vida Nova, Caji e Buraquinho**;
- Canteiros centrais das avenidas **Santos Dumont, Luiz Tarquínio e Brigadeiro Mário Epinghaus**;
- Áreas de convivência no entorno de escolas, unidades de saúde e centros comunitários;
- Áreas com deficiência de cobertura arbórea ou presença de árvores em condições fitossanitárias comprometidas.

Contudo, a **responsabilidade pela realização do mapeamento técnico detalhado caberá à empresa contratada**, que deverá:

- Realizar o **georreferenciamento** das áreas a serem objeto da intervenção;
- Elaborar um **inventário preliminar** das espécies arbóreas existentes;
- Produzir **registro fotográfico e imagens técnicas** georreferenciadas;

Identificar pontos críticos de necessidade de plantio, substituição ou enriquecimento vegetal.

Essas informações deverão ser compiladas e apresentadas à SEDUR por meio do Plano de Trabalho, a ser submetido para aprovação prévia antes do início das execuções em campo.

O Plano de Trabalho deverá conter, ainda, o cronograma de execução, metodologia de plantio, critérios de escolha das espécies, planejamento de manutenção e as demais exigências técnicas estipuladas no contrato.

I. Imagens de algumas áreas mapeadas





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Figura 1- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 2- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 3- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 4- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 5- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 6- Area passível de plantio de
enriquecimento vegetal



Figura 7 – Árvore doente a ser substituída

Figura 8- Árvore doente a ser substituída



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



Figura 9 –Área passível de enriquecimento vegetal (orla)



Figura 10 – Árvore doente a ser substituída (orla)



Figura 11 –Área passível de enriquecimento vegetal



Figura 12 –Área passível de enriquecimento vegetal (orla)

II. Área modelo para execução inicial

A seguir, apresenta-se a proposta de modelo de execução para uma das áreas previamente mapeadas. Ressalta-se que, embora este modelo sirva como referência para a padronização dos serviços, cada área de intervenção deverá respeitar as suas características específicas, considerando as condições locais de solo, topografia, cobertura vegetal existente, uso do entorno e fluxo de pessoas.

Por exemplo, áreas destinadas prioritariamente à convivência e lazer, como praças e parques urbanos, deverão priorizar espécies arbóreas de maior porte e sombreamento, enquanto canteiros centrais de avenidas deverão adotar espécies de menor porte e crescimento controlado, compatíveis com a segurança viária e a manutenção da mobilidade urbana.

Assim, o modelo de execução deverá ser adequadamente adaptado para cada situação concreta, garantindo a funcionalidade, a segurança, a sustentabilidade e a estética dos espaços públicos requalificados.

Tipo de Recuperação:	Arborização
Endereço:	Rua dos Vereadores (próximo a CAJIBA e OAB)
Coordenadas:	574985 / 8574481



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Projeção de espaçamento (m ²)		
Arborização:		Canteiros:
Deverá ser composto por um mosaico ordenado de espécies arbóreas e arbustivas, visando o desenvolvimento das copas e aumento da biodiversidade local, assim como, atrativo a avifauna local. O espaçamento deverá atender a distância de 3 metros, Modelo a seguir		Deverá ser constituído por espécies de porte pequeno, que possuam características de formação de cercado, deverá ser inserido 3 (três) exemplares a cada faixa de 1,00 metros. Modelo a seguir
Espécies Recomendadas		
Arbóreas	Arbustivas	Herbáceas/Subarbustivas
1 - Ipê rosa (<i>Handroanthus heptaphyllus</i>); 2 – Castanheira (<i>Pachira aquatica</i>); 3 - Nim (<i>Azadirachta indica</i>) 4 - Jambo (<i>Syzygium</i> sp) 5 – Flamboyant (<i>Delonix regia</i>)	1 – Cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>) 2 – Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>); 3 – Pinha (<i>Annona squamosa</i>); 4 – Aroeira Vermelha (<i>Schinus terebinthifolius</i>)	1- Hortênsias (<i>Hydrangea macrophylla</i>); 2 – Cerca Equisoria (<i>Ixora coccínea</i>) 3- Pingo d'ouro (<i>Duranta erecta</i>)
Imagem aérea da área		



III. Espécies Recomendadas para área modelo

➤ Arbóreas

- a) Ipê rosa (*Handroanthus heptaphyllus*): Árvore nativa da flora brasileira, possui porte elevado e de crescimento rápido. Indicada para ofertar sombras em locais públicos, além da exuberante beleza durante o período de floração





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- b) **Castanheira (*Pachira aquatica*)**: Árvore de médio a grande porte, nativa, oriunda das florestas amazônicas, com ótima adaptação a ambientes de mata Atlântica, recomendada para inserção em parques e praças devido a sua função ecológica de rápida propagação e crescimento. Ofertando também grande área sombreada.



- c) **Nim (*Azadirachia indica*)**: Árvore de origem indiana, com ótima adaptação ao bioma mata atlântica brasileiro, recomendada para arborização em parques e zona urbanas, devido a sua: resistência, alto porte, rápido crescimento e características inseticidas, funcionando como um repelente natural de insetos





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- d) **Jambo (*Syzygium sp*):** Árvore exótica, que possui atrativo paisagístico devido a postura uniforme da copa alinhado ao principal, ideal para atrativos da avifauna (passariformes), devido a produção de flores e frutos, além do espetáculo do efeito de tapete rosa deixado durante o período de floração.



- e) **Flamboyant (*Delonix regia*):** Árvore com alto potencial ornamental. Possui troncos estrondosos, com floração em boa parte do ano





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

➤ Arbustivas

- a) **Cajueiro (*Anacardium occidentale*)**: espécie nativa, frutífera e atrativa da avifauna, possui também propriedades medicinais, ideal para uso em praças e vias públicas, devido à sua exuberância.



- b) **Pitanga (*Eugenia uniflora*)**: Espécie nativa do bioma Mata Atlântica, de comum ocorrência em zonas urbanas, ideal para ser inserida em zonas mortas de jardins, parque e praças, devido ao seu porte arbustivo e atrativo da avifauna, aumentando consideradamente a passagem de aves passeriformes.



- c) **Pinha (*Annona squamosa*)**: Fruta tropical rica em nutrientes, conhecida por seu sabor doce e textura cremosa, sendo amplamente cultivada no Brasil e em outras regiões tropicais.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



- d) **Aroeira (*Schinus terebenthifolius*)**: Arvore nativa de características pioneiras, em domínio de áreas recentemente degradadas, possui porte arbustivo e de espelhamento horizontal, permitindo que apenas um indivíduo cubra uma grande porção do terreno.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

➤ Herbáceas

- a) **Hortênsias (*Hydrangea macrophylla*)**: planta com elevado grau de paisagismo, devido a exuberância e variações das cores das flores. Ideal para plantios próximos a canteiros e pés de paredes, mantendo se sempre em porte subarbustivo.



- b) **Ixora (*Ixora sp.*)**: É conhecida popularmente como ixora ou alfinete. É um arbusto muito apreciado nas regiões de clima quente. Seu aspecto é compacto e suas folhas têm uma textura de couro. A floração ocorre na primavera e verão, e apresenta inflorescências com numerosas flores de coloração amarela, vermelha, branca, laranja ou cor-de-rosa.





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- c) **Pingo d'ouro (*Duranta erecta*)**: ideal para uso em canteiros de jardins, parques e praças devido ao seu poder ornamental, servindo também de área de vivência/abrigo para pequenos animais que ocorrem na localidade



2.7. Dessa forma, a contratação ora proposta atende ao interesse público ao assegurar a prestação adequada e ininterrupta dos serviços de arborização e paisagismo, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e qualidade no atendimento à população usuária dos logradouros públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "c")

3.1. A presente contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplantio de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas, visa garantir a preservação ambiental, o embelezamento paisagístico, o controle da erosão e a melhoria da qualidade de vida da população.

3.2. A solução proposta contempla a **prestação contínua e adequada dos serviços de manejo e conservação da vegetação nativa e exótica**, bem como o **plantio, transplantio, substituição e enriquecimento vegetal em áreas públicas urbanas e costeiras**, com foco especial nas regiões de restinga, por se tratarem de ecossistemas frágeis e de relevante importância ambiental.

3.3. Os serviços englobam, entre outros:

- **Limpeza e remoção de resíduos vegetais e urbanos** em áreas verdes, praças, parques, canteiros centrais, encostas e zonas de restinga;
- **Plantio e transplantio de mudas** de espécies arbóreas, arbustivas, palmáceas e forrações de grande porte, respeitando critérios técnicos de adaptação ao solo, clima e ecossistema local;
- **Substituição de indivíduos vegetais doentes, mortos ou em risco**, de modo a garantir a continuidade da arborização e sua segurança;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- **Enriquecimento da vegetação existente**, mediante introdução planejada de espécies nativas, especialmente da restinga, promovendo a recuperação de áreas degradadas e o aumento da biodiversidade;
- **Manutenção periódica** das áreas implantadas, com podas, irrigação, adubação, controle de pragas, capina e reposição de mudas, conforme as necessidades sazonais e técnicas de cada localidade;
- **Monitoramento e registro das atividades**, com fornecimento de relatórios técnicos, fotográficos e georreferenciados, conforme as diretrizes ambientais e urbanas do município.

3.4. A execução será realizada por empresa devidamente **capacitada, com corpo técnico qualificado e equipamentos adequados**, respeitando as **normas ambientais vigentes, os princípios da sustentabilidade e o planejamento urbano de Lauro de Freitas**.

3.5. A adoção dessa solução visa a valorização dos espaços públicos, a proteção da vegetação litorânea e a promoção do desenvolvimento urbano aliado à conservação ambiental, em conformidade com os objetivos estratégicos do município e os compromissos assumidos no âmbito de políticas públicas ambientais e urbanísticas.

3.6. Com base no levantamento de mercado realizado, a solução mais adequada para a necessidade descrita, conforme estudo em processos de contratações similares é o Sistema de Registro de Preços (SRP). Os serviços a serem executados serão selecionados com base em critérios de qualidade, segurança em conformidade com a legislação em vigor.

3.7. A opção de utilizar o Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de execução parceladas, solicitadas de acordo com a necessidade do contratante, estando em concordância com o disposto no Art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. A solução busca fornecer serviços de qualidade, considerando não apenas suas características intrínsecas, mas também sua origem, processamento, uso responsável e impacto ambiental. Este enfoque alinha-se com os princípios da economia circular e com a busca por práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida do objeto.

3.9. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

3.10. A solução busca, portanto, garantir um serviço de qualidade, considerando não apenas suas características intrínsecas, mas também sua origem, processamento, uso responsável e impacto ambiental. Este enfoque alinha-se com os princípios da economia circular e com a busca por práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "d")

4.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica através de Ata de Registro de Preços, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021, visto tratar-se de serviços comuns de engenharia, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos serviços.

4.2. O Critério de julgamento adotado será de **MENOR PREÇO GLOBAL**, visto se tratar de contratação por lote único, conforme viabilidade apontada no Estudo Técnico Preliminar.

4.3. Para o serviço do objeto pretendido, a empresa escolhida para futura contratação deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no edital.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

4.4. A empresa contratada deverá possuir comprovada capacidade técnica e operacional para execução de serviços especializados em paisagismo e jardinagem, atendendo aos seguintes requisitos e obrigações contratuais:

- **Plantio de mudas arvores e palmáceas:** As mudas fornecidas deverão apresentar altura mínima de 2,5 metros, estar em bom estado fitossanitário, com raízes bem desenvolvidas em torrão íntegro e devidamente identificadas por espécie. As espécies deverão ser compatíveis com o clima e o solo do município e, preferencialmente, de valor paisagístico ou ecológico, conforme orientação da fiscalização;
- **Transplântio de árvores (CASO HAJA NECESSIDADE DE ACORDO COM AS INTERVENÇÕES PAISAGÍSTICAS):** A incompatibilidade das árvores em um determinado local, não significa que as mesmas devam ser eliminadas. Frequentemente nos deparamos com casos em que a construção de prédios, aberturas de vias públicas, instalações de redes subterrâneas e aéreas, conflituam com a existência de uma árvore. Entretanto, se a árvore em questão for de grande importância paisagística ou rara, o transplante é uma alternativa para a preservação do espécime, bem como para a viabilização das obras.

O êxito desta operação depende largamente da qualidade do solo que abriga essa árvore, devendo-se realizar a operação de desmame de forma adequada e o preparo para o transplântio com a fixação do fuste com cabos ou cordas, em três ou quatro direções, para que o sistema radicular mantenha sua integridade máxima, além da realização de regas abundantes evitando a exposição prolongada das raízes ao sol antes e depois do transplântio para o novo local. Além desses procedimentos é imprescindível que todo processo de transporte da árvore seja efetuado de forma articulada considerando-se as condições das vias de acesso ao local definitivo e a compatibilidade com os tipos de equipamentos, maquinários e veículos utilizados.

Para isso, a CONTRATADA deve executar os seguintes procedimentos metodológicos que garantam o desmame, o transplante, a remoção, o transporte e relocação, o replântio e a manutenção da árvore.

Estarão sujeitas a transplante as árvores de pequeno, médio e grande porte, que estejam nas áreas indicadas pela SEMMA com a sequência a seguir;

- Seleção e desmame das árvores a serem transplantadas;
 - Abertura dos berços, efetuando as escavações no terreno natural com dimensões pré-definidas e adequadas ao porte da árvore a ser transplantada;
 - Irrigação automatizada ou por meio de carros-pipa das árvores no processo de desmame (pré-transplântio) e no pós-transplântio;
 - Realização das manutenções preventivas e corretivas no sistema de irrigação para evitar perdas de árvores por falta de água.
 - Realização da manutenção das árvores após transplântio com irrigação constante, aplicação de cobertura mulch sobre o solo, realização de podas de limpeza de galhos danificados e mortos, adubação e fertilização do solo, sustentação da árvore para garantir o equilíbrio e controle das pragas e doenças.
 - O método de transplântio deve ser adaptado a cada espécie e ser categorizada a sua execução em gradações conforme planilha desta licitação.
- Transplântio de arbustos e herbáceas: O transplante de arbusto e herbáceas (folhosas e floríferas) requerem cuidados específicos que garantam suas características vegetais até o plantio no local definitivo.
 - Para isso, a CONTRATADA deve executar os seguintes procedimentos metodológicos que garantam o transplante para outros locais ou para recipientes.
 - Estarão sujeitas ao transplântio os arbustos e herbáceas que sejam indicadas pela SEMMA com a sequência a seguir;
 - Seleção e desmame de plantas a serem transplantadas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Preparo dos canteiros e dos recipientes com dimensões e substrato adequado a cada espécie indicadas para transplântio;
 - Irrigação automatizada ou por meio de carros-pipa dos recipientes e dos canteiros no período pós-transplântio;
 - Realização das manutenções preventivas e corretivas no sistema de irrigação para evitar perdas de árvores por falta de água.
 - Realização da manutenção dos canteiros e dos recipientes após transplântio com irrigação constante, adubação e fertilização do solo, controle das pragas, doenças e ervas daninhas.
- **Limpeza e preparo das áreas públicas:** Antes da execução do plantio, a empresa deverá realizar a limpeza completa das áreas indicadas, com remoção de resíduos sólidos, vegetação invasora e preparo do solo (coroamento, destorroamento, adubação de base, quando aplicável), respeitando as características locais e o projeto paisagístico;
 - **Substituição de espécimes arbóreos comprometidos:** A contratada será responsável pela remoção de árvores condenadas ou doentes, mediante laudo técnico aprovado pela SEDUR, e pelo replântio de novas mudas no local, com características similares, promovendo a recomposição vegetal;
 - **Enriquecimento de áreas arborizadas:** Deverá ser realizado o plantio complementar em áreas já vegetadas, com introdução de novas espécies que contribuam para a diversidade ecológica, sombreamento e melhoria paisagística, respeitando o espaçamento técnico e os aspectos fitossanitários;
 - **Serviços de manutenção técnica das áreas atendidas:** Durante o período de vigência contratual, a empresa deverá realizar a manutenção integral das mudas e áreas paisagísticas implantadas, incluindo:
 - Irrigação periódica compatível com a espécie e clima;
 - Adubação orgânica e/ou mineral conforme cronograma técnico;
 - Controle fitossanitário preventivo e corretivo contra pragas e doenças;
 - Podas de formação e limpeza vegetal;
 - Substituição de mudas que não apresentem bom desenvolvimento ou que venham a morrer.

4.5. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas no Edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido serviço deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21.

4.6. Para que o objeto seja concretizado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.

4.7. Referente ao cumprimento de prazos: A empresa contratada deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos para a execução dos serviços. Isso é essencial para garantir a realização do evento dentro do cronograma planejado.

4.8. A contratada deverá executar os serviços independente do quantitativo solicitado, não havendo necessidade de quantidade mínima para sua execução.

4.9. Todos os serviços bem como os procedimentos relacionados à sua execução deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

4.10. A proposta das empresas deverá conter a marca, o fabricante e a procedência do material oferecido.

4.11 Subcontratação:

4.11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

4.12. Garantia Contratual:

4.12.1 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96º e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor inicial do contrato que venha a ser celebrado em decorrência da Ata de Registro de Preços, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual e conforme regras previstas em contrato.

4.12.2. Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.12.3. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a notificação, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante.

4.12.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.4.1. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4.1. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5. As condicionantes para atendimento da garantia contratual, estão previstas no art. 96º da Lei 14.133/21, § 1º, incisos I/II/III e IV, § 2º e 3º.

4.13. Vistoria:

4.13.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:30 horas às 16:00 horas.

4.13.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.13.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13.4. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”)

5.1. A empresa contratada deverá realizar os serviços de acordo com a necessidade da Administração, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades:

a) Limpeza e Preparo das Áreas



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Roçagem manual ou mecanizada da vegetação invasora ou excessiva;
- Coleta e remoção de resíduos sólidos e vegetais;
- Destinação adequada dos resíduos, conforme normas ambientais.

b) Plantio e Transplântio

- Abertura manual ou mecanizada de berços de plantio, com dimensões adequadas a cada espécie;
- Plantio de mudas nativas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte;
- Transplântio de espécies vegetais de locais em risco ou conflito, com técnicas adequadas para garantir sua sobrevivência;
- Tutoramento, irrigação e cobertura morta (mulching) para garantia da fixação das mudas;
- Adoção de medidas para garantir o enraizamento e adaptação das espécies transplantadas.

c) Substituição de Espécies Doentes ou Mortas

- Identificação e remoção de árvores, palmáceas e forrações em estado comprometido ou morto;
- Substituição por novas mudas com características equivalentes ou mais adequadas ao local.

d) Enriquecimento de Áreas Arborizadas

- Identificação de clareiras ou áreas com baixa densidade arbórea;
- Introdução de novas espécies nativas para enriquecimento da biodiversidade;
- Intervenções em conformidade com o plano paisagístico e ecológico do município.

e) Irrigação, Adubação e Manutenção

- Irrigação periódica das mudas plantadas e das áreas em implantação, especialmente nos períodos de estiagem;
- Adubação orgânica e/ou mineral conforme recomendação técnica;
- Controle de pragas e doenças com técnicas de manejo integrado, preferencialmente não químico;
- Podas de formação e limpeza, conforme as normas técnicas e recomendações ambientais.

f) Relatórios e Fiscalização

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, com registro fotográfico georreferenciado das áreas atendidas, descrição dos serviços realizados, espécies plantadas, quantidades, condições das mudas e observações técnicas;
- A fiscalização dos serviços será realizada por equipe designada pela Administração Pública, que poderá solicitar ajustes, correções ou realocação de recursos em campo, mediante justificativa técnica.

g) Pessoal e Equipamentos

- Toda a equipe envolvida deverá estar devidamente uniformizada e identificada, com uso obrigatório de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual);
- Os profissionais devem possuir capacitação compatível com suas funções, especialmente os responsáveis técnicos por atividades de plantio, poda e manuseio de espécies nativas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Os equipamentos utilizados deverão estar em bom estado de conservação e em conformidade com as normas de segurança e meio ambiente.

5.2. A prestação dos serviços deverá atender aos padrões técnicos estabelecidos pela SEMMA, podendo ser exigida a apresentação de cronograma físico, plano de manutenção e relatórios técnicos periódicos durante a execução contratual.

5.3. O prazo de início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

5.4. Os serviços deverão ser realizados em horário comercial (das 8h às 17h), nos diversos logradouros do município de Lauro de Freitas/BA, conforme determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS- Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.

5.5. Caso não seja possível o início da execução dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua nas áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins) do município, conforme necessidade identificada pela SEMMA, formalizada por ordens de serviços. Essa sistemática assegura controle orçamentário, flexibilidade e resposta tempestiva à dinâmica urbana.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "f")

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

6.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

6.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

6.8. A Gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA.

6.9. Fiscalização:

6.9.1. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

6.9.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

6.9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

6.9.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

6.10. Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.11. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.11.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

6.11.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.11.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.11.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.11.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

6.11.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6.12.- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.12.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.12.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.12.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.12.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.12.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.12.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.17.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.12.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.12.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.12.9. Por razão de interesse público;

6.12.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.13. JUSTIFICATIVA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

6.13.1. A contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem em áreas públicas do Município de Lauro de Freitas, tais como praças, parques, avenidas, jardins e logradouros, bem como em áreas verdes e do ecossistema de restinga, incluindo plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de espécimes doentes e enriquecimento de áreas arborizadas, exige uma forma de contratação que garanta flexibilidade, economicidade e eficiência administrativa, que devem ser prestados de forma periódica, contínua e sob demanda.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

O objeto contempla atividades como plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte; substituição de espécimes doentes; enriquecimento de áreas já arborizadas; e manutenção de ambientes naturais sensíveis, cuja execução depende de fatores sazonais, climáticos, técnicos e orçamentários.

Nessa perspectiva, a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) mostra-se a modalidade mais adequada, tendo em vista:

- a) Execução contínua e sob demanda – os serviços apresentam caráter periódico, mas com variações de intensidade e localização, em função das demandas das secretarias municipais, de fatores climáticos e de eventuais situações emergenciais, como quedas de árvores ou necessidade de recomposição vegetal.
- b) Impossibilidade de previsão exata das quantidades – não é possível definir previamente, com precisão, a quantidade de mudas, transplantes ou substituições de espécies a serem realizados ao longo do exercício, o que recomenda a adoção de um instrumento contratual flexível.
- c) Gestão orçamentária eficiente – o SRP possibilita a contratação de serviços apenas quando houver necessidade e disponibilidade de recursos, evitando o comprometimento imediato de dotações orçamentárias e assegurando melhor planejamento financeiro.
- d) Agilidade em situações emergenciais – o registro de preços permitirá resposta célere a situações imprevisíveis que demandem pronta intervenção da Administração, como recuperação de áreas degradadas ou manutenção urgente de espaços públicos.
- e) Previsão legal – o art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que o SRP poderá ser adotado quando se tratar de contratações frequentes ou quando a demanda não puder ser previamente quantificada, hipóteses plenamente aplicáveis ao objeto em questão.

Assim, a adoção do Sistema de Registro de Preços revela-se medida indispensável para assegurar economicidade, eficiência, transparência e efetividade na contratação dos serviços, garantindo a adequada manutenção e preservação das áreas verdes e do patrimônio paisagístico e ambiental do Município de Lauro de Freitas.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “g”)

7.1. Recebimento

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da conclusão, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

7.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “h”)

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, através de Ata de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2. Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será continuado.

Habilitação Jurídica

8.3.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.3. **Microempreendedor Individual- MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual- CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada- EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.3.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

8.3.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.9. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Relativos à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

8.4.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);

8.4.3. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte;

8.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS: Certidão de Regularidade de Situação- CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

8.4.6. Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’.

8.5 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor- Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

8.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.5.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.5.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital- ECD ao Sped.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

8.5.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.5.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6. Qualificação técnica Operacional e Profissional

8.6.1. Comprovação de que presta ou prestou, sem restrição, atividades de natureza semelhante pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação será feita por atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do profissional, expedida por este Conselho, compreendendo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela dos serviços mais relevantes, os quais abrange todos os serviços elencados na Planilha de Proposta de Preços, conforme anexo I deste Termo de Referência.

8.6.2. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional habilitado, com formação em Engenharia Agrônoma ou Engenharia Florestal, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável técnico pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.

8.6.3. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional habilitado, com formação em Engenharia de segurança do trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável pelo acompanhamento das atividades diárias, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.

8.6.4. Indicação de que o licitante possui em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional com formação de Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária com o devido registro no Conselho da Categoria;

8.6.5. Apresentar CAT com atestado técnico para projeto de instalações e Manutenções de Sistemas de Irrigação Automatizada em nome da empresa e do profissional.

8.6.6. Apresentar CAT com atestado técnico para transplantes de árvores, palmáceas e arbustos de restinga em nome da empresa e do profissional.

8.6.7. A equipe elencada acima deverá ter vínculo e esse será comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

- o No caso de vínculo empregatício: cópia autenticada da carteira de trabalho e previdência social (CTPS), expedida pelo ministério de trabalho, contendo as folhas que demonstrem o nº de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário.
- o No caso de vínculo societário, ato constitutivo da empresa devidamente registrado no órgão de registro de comércio competente, domicílio ou da sede do licitante.
- o Contrato de prestação de serviço, com data de assinatura anterior à data de abertura das propostas, reconhecida firma entre as partes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- o Termo de Compromisso assinado pelo profissional, com firma reconhecida das partes, com data anterior a abertura dos envelopes da licitação, com aceitação de responsabilidade técnica da obra ou serviço objeto da licitação, no caso de a licitante vir a ser a vencedora.

8.6.8. Apresentar currículo do engenheiro responsável técnico: Cópia do RG, CPF e do registro no órgão competente.

8.6.9. A empresa licitante ao certame licitatório deverá apresentar Registro ou Inscrição na entidade competente, emitido pelo Conselho Regional da Categoria.

8.6.10. Apresentar o Comprovante de Inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP: certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral; (Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, DOU 11/04/2013).

8.6.11. Apresentação de relação explícita do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.6.12. Será admitida a substituição dos profissionais indicados, por outros com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.6.13. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.6.14. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6.15. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6.16. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6.17. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.6.18. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.6.19. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.6.20. Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação acima relacionada.

8.7. A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Executar devidamente os serviços descritos neste Termo de Referência, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.
- k) A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

g) A Administração fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

11. ESTIMATIVA DE VALOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “i”)

O valor estimado da contratação é de **R\$ 6.141.113,70 (seis milhões, cento e quarenta e um mil, cento e treze reais e setenta centavos)**, obtido com base no SINAPI, ORSE, SEINFRA. A referência será por unidades de serviço, compatíveis com o modelo de contratação adotada.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “j”)

12.1 Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 17 / 1701

Programa de Trabalho: 0005

Ação: 1710

Elemento de Despesa: 33903900

Fonte de Recursos: 15000000

12.2. A dotação ocorrerá no exercício de 2025 e correspondente nos exercícios subsequentes.

13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1 Com o objetivo de promover práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental, deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade para a execução dos serviços de paisagem e jardinagem:

a) Sustentabilidade Ambiental

- **Uso de espécies nativas e adaptadas** da flora local, com preferência às espécies características da restinga e da Mata Atlântica, visando preservar a biodiversidade e evitar a introdução de espécies exóticas invasoras;
- **Proveniência legal das mudas** e insumos vegetais, comprovada por documentação de origem de viveiros devidamente licenciados pelo órgão ambiental competente;
- **Reutilização de resíduos orgânicos** resultantes da poda e manutenção, preferencialmente através de compostagem local ou destinação para uso em adubação das próprias áreas verdes;
- **Minimização do uso de insumos químicos** (fertilizantes e defensivos), com preferência a práticas de manejo integrado de pragas e adubação orgânica;
- **Adoção de técnicas de controle de erosão e conservação do solo**, especialmente nas áreas de restinga, visando evitar o assoreamento e a degradação dos ecossistemas costeiros;
- **Economia de água**, por meio de sistemas de irrigação eficiente (gotejamento, aspersão controlada) e práticas de cobertura morta (mulching) para redução da evaporação.

b) Sustentabilidade Social

- **Geração de emprego local**, com contratação preferencial de mão de obra residente no município ou região, especialmente em comunidades no entorno das áreas atendidas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- **Treinamento e capacitação da equipe de campo**, com foco em boas práticas ambientais, segurança do trabalho e manejo sustentável da vegetação;
- **Ações de educação ambiental**, podendo incluir atividades de sensibilização junto à população local, escolas ou grupos comunitários, relacionadas à importância da conservação das áreas verdes urbanas e ecossistemas de restinga.

c) Sustentabilidade Econômica

- **Eficiência na execução dos serviços**, com planejamento racional de rotas e cronogramas que evitem retrabalho e desperdício de recursos;
- **Aproveitamento de insumos e recursos reutilizáveis**, como o reaproveitamento de materiais de poda, resíduos vegetais ou substratos;
- **Responsabilidade na destinação dos resíduos sólidos**, assegurando o correto descarte de materiais não orgânicos, conforme normas ambientais e sanitárias.

13.2. ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

13.2.1. A contratação objeto deste Termo de Referência estará alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo de forma significativa para o alcance de metas globais voltadas à sustentabilidade urbana, à resiliência climática e à qualidade ambiental.

13.2.2. A execução dos serviços de paisagismo e jardinagem promoverá impactos positivos que atenderão diretamente a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais se destacam:

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis
 - a) As intervenções planejadas contribuirão para tornar os espaços urbanos mais sustentáveis, seguros, inclusivos e acessíveis, ao melhorar a paisagem urbana, promover o conforto térmico em áreas de circulação pública, valorizar os espaços de convivência e reforçar a função social das praças e canteiros.
- ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima
 - a) O plantio de novas árvores e o incremento da cobertura vegetal urbana atuarão como estratégia de mitigação das mudanças climáticas, ao promover o sequestro de carbono, reduzir os efeitos das ilhas de calor e ampliar a resiliência do município frente a eventos climáticos extremos, como alagamentos e ondas de calor.
- ODS 15 – Vida Terrestre
 - a) As ações planejadas também contribuirão para a conservação e restauração da biodiversidade urbana, por meio da substituição de espécies comprometidas e do enriquecimento vegetal com espécies nativas ou adaptadas, o que resultará em maior diversidade ecológica e equilíbrio nos ecossistemas urbanos.

13.2.3. De forma transversal, a execução do contrato também favorecerá o cumprimento de outros ODS, tais como:

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao proporcionar ambientes urbanos mais saudáveis, com melhoria da qualidade do ar, incentivo à prática de atividades físicas e à convivência em áreas verdes;
- ODS 6 – Água Potável e Saneamento, uma vez que as áreas vegetadas contribuirão para o aumento da permeabilidade do solo e a redução da sobrecarga em redes pluviais;
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, com a geração de empregos qualificados nos serviços de manutenção, paisagismo e monitoramento ambiental;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, por meio da utilização de insumos sustentáveis, do manejo adequado de resíduos de poda e da adoção de práticas ambientalmente responsáveis na manutenção das áreas.

13.2.4. Dessa forma, a contratação representará uma ação estratégica da gestão municipal, reforçando o compromisso de Lauro de Freitas com o desenvolvimento urbano sustentável, com a responsabilidade socioambiental e com os acordos multilaterais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030.

13.2.5. A adoção dessas medidas mitigadoras é de fundamental importância para reduzir significativamente os impactos ambientais associados à prestação dos serviços, promovendo a sustentabilidade e contribuindo para a preservação do meio ambiente.

14. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 14.1, respeitados os seguintes parâmetros:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado;

b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

14.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 14.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 14.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

14.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.9.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.10. A aplicação das sanções previstas no item 14.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

14.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Lauro de Freitas, 28 de julho de 2025.

Iara Maria Miranda de Sá

Matrícula nº 124049

Brígido Nunes de Rezende Neto

Secretário Municipal de Meio Ambiente



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

LISTA DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA EXECUTIVA/TÉCNICA - TÉCNICO-OPERACIONAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE 100%	PARCELA 50%
2.3	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10.000,00	5.000,00
3.3	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	UN	150,00	75,00
4.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO. ATÉ 5KM	m³	200,00	100,00
4.2	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m³	200,00	100,00
4.3	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m³	200,00	100,00
4.4	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200,00	100,00
4.5	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M. AF_07/2024	UN	200,00	100,00
5.1	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300,00	150,00
5.2	Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 cv, inclusive tanque de aço para transporte de água - materiais na operação. af_06/2014	H	2920,00	1460,00
5.3	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	UN	250,00	125,00

LISTA DE SERVIÇOS DE MAIOR RELEVÂNCIA EXECUTIVA/TÉCNICA - TÉCNICO-PROFISSIONAL				
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE 100%	PARCELA 50%
2.3	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10.000,00	5.000,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

3.3	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	UN	150,00	75,00
4.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO. ATÉ 5KM	m ³	200,00	100,00
4.2	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m ³	200,00	100,00
4.3	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m ³	200,00	100,00
4.4	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200,00	100,00
4.5	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M. AF_07/2024	UN	200,00	100,00
5.1	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300,00	150,00
5.2	Caminhão pipa 10.000 l trucado, peso bruto total 23.000 kg, carga útil máxima 15.935 kg, distância entre eixos 4,8 m, potência 230 cv, inclusive tanque de aço para transporte de água - materiais na operação. af_06/2014	H	2920,00	1460,00
5.3	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	UN	250,00	125,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CURVA ABC DE SERVIÇOS								
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso acumulado (%)
98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m²	25000	6,17	154.250,00	2,51 %	2,51 %
98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	25000	0,88	22.000,00	0,36 %	2,87 %
98513	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	UN	3000	75,01	225.030,00	3,66 %	6,53 %
98514	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024	UN	2000	85,60	171.200,00	2,79 %	9,32 %
98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10000	92,82	928.200,00	15,11 %	24,44 %
13737	ORSE	Planta - Ipê roxo (Tabebuia impetiginosa), porte da muda = 1,50m, fornecimento e plantio	un	150	116,66	17.499,00	0,28 %	24,72 %
9126	ORSE	Planta - Ipê roxo (tabebuia) h=1,00m, fornecimento e plantio	un	150	132,11	19.816,50	0,32 %	25,04 %
3646	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150	3.126,56	468.984,00	7,64 %	32,68 %
2400	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro jovem, altura do tronco = 1.20m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150	957,11	143.566,50	2,34 %	35,02 %
C1253	SEINFRA	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO. ATÉ 5KM	m³	200	181,51	36.302,00	0,59 %	35,61 %
C2035	SEINFRA	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m³	200	224,55	44.910,00	0,73 %	36,34 %
C2534	SEINFRA	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m³	200	8,19	1.638,00	0,03 %	36,37 %
8814	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200	112,30	22.460,00	0,37 %	36,73 %



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CURVA ABC DE SERVIÇOS								
Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso acumulado (%)
98518	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M. AF_07/2024	UN	200	328,26	65.652,00	1,07 %	37,80 %
17.93.24	EMBASA	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300	7.585,84	2.275.752,00	37,06 %	74,86 %
53831	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_06/2014	H	2920	243,36	710.611,20	11,57 %	86,43 %
17.04.02	EMBASA	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	100M	250	3.332,97	833.242,50	13,57 %	100,00 %
Total Geral							6.141.113,70	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE DEMANDANTE: Secretaria Municipal De Meio Ambiente - SEMMA

REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Municipal n 5.444/2025

OBJETO PARA CONTRATAÇÃO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, I)

Este Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos da Lei nº 14.133/2021, visa fundamentar tecnicamente a necessidade da contratação, garantindo planejamento adequado, racionalidade dos recursos públicos e efetividade na execução das ações propostas.

Os serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas áreas verdes e do ecossistema de restinga representam instrumentos essenciais para a promoção da qualidade de vida, do equilíbrio ambiental e da estética urbana e costeira. Diante da intensificação dos processos de urbanização no Município de Lauro de Freitas, torna-se imprescindível que o Poder Público atue de maneira estratégica e proativa na preservação, ampliação e manejo responsável dessas áreas.

A presente contratação visa atender essas demandas crescente, assegurando a implementação de ações planejadas de plantio, conservação, substituição de espécies nativas dessas áreas comprometidas, enriquecimento da vegetação existente e manutenção contínua dos espaços públicos, com foco na sustentabilidade ambiental e na melhoria do bem-estar da população.

Trata-se de medida que se insere no escopo das funções precípua da gestão pública, entre elas a proteção ambiental, a ordenação territorial e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

Os solos onde se desenvolvem florestas, arbustais e campos de restinga são oriundos da deposição arenosa trazida pelo mar nas últimas transgressões marinhas, quando o mar avançou sobre o continente durante o Quaternário (último período geológico, quando houve ciclos de glaciações intercaladas por períodos interglaciais nos polos e transgressões e regressões marinhas nos trópicos), e por transporte de areias continentais durante os períodos regressivos, quando o mar se afastou do continente.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Como se trata de um ambiente geologicamente muito jovem, não houve tempo para a especiação (surgimento de novas espécies) e assim o endemismo é muito baixo, fato que contribui para a menor diversidade de plantas na restinga em relação às florestas úmidas. As restrições ambientais na restinga fizeram a seleção das espécies mais apropriadas, com as plantas vindo dos ambientes mais próximos. Nos períodos interglaciais, havia a expansão das florestas e a conexão entre a Mata Atlântica e a Amazônia e, nos glaciais, havia retração das florestas e expansão das formações abertas, como savanas, campos e restinga sobre dunas.

Nas formações arbustivas e campestres, os estresses ambientais são ainda maiores do que nas florestas, e as plantas apresentam diversas adaptações à falta de água, à pobreza de nutrientes dos solos, a baixa capacidade de retenção de água das areias quartzosas associada à forte ação dos ventos marinhos, a elevada salinidade provocada pela ação dos aerossóis e a elevada insolação. Algumas adaptações são o porte pequeno, folhas grossas, perenidade das folhas (não perdem as folhas, fazendo assim economia de nutrientes), capacidade de aproveitamento de nutrientes do ar, trazidos pelos ventos e pelas chuvas, e dos solos, através da associação com micro-organismos. Por causa dessas adaptações ao ambiente, é imprescindível um conjunto de medidas para atuar nesse ambiente como a coleta de sementes para a produção de mudas para arborização da orla marítima seja realizada em áreas de restinga, bem como, os cuidados especiais com o “spray” marinho, entre outros cuidados.

A Secretaria de Meio Ambiente- SEMMA, ciente de sua responsabilidade socioambiental, reconhece que a gestão desses espaços deve incorporar práticas que fortaleçam a resiliência urbana e costeira frente às mudanças climáticas, ampliem a arborização urbana e promovam cidades mais inclusivas, verdes e preparadas para os desafios contemporâneos. Nesse sentido, a iniciativa reafirma o compromisso do Município com os princípios constitucionais da eficiência, da razoabilidade, da moralidade administrativa e da função social da cidade, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A contratação visa atender à crescente demanda por espaços públicos arborizados e paisagisticamente qualificados, oferecendo benefícios como:

- Redução de ilhas de calor e melhoria do conforto térmico;
- Promoção da biodiversidade urbana e costeira;
- Melhoria da qualidade do ar;
- Valorização paisagística e ambiental das áreas públicas;
- Atendimento às diretrizes do Plano Diretor e às demandas comunitárias por espaços mais verdes.

1.1. ALINHAMENTO AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar estará alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), contribuindo de forma significativa para o alcance de metas globais voltadas à sustentabilidade urbana, à resiliência climática e à qualidade ambiental.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Os serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas e do ecossistema de restinga promoverá impactos positivos que atenderão diretamente a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre os quais se destacam:

- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

As intervenções planejadas contribuirão para tornar os espaços urbanos mais sustentáveis, seguros, inclusivos e acessíveis, ao melhorar a paisagem urbana, promover o conforto térmico em áreas de circulação pública, valorizar os espaços de convivência e reforçar a função social das praças e canteiros.

- ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima

O plantio de novas árvores e o incremento da cobertura vegetal urbana atuarão como estratégia de mitigação das mudanças climáticas, ao promover o sequestro de carbono, reduzir os efeitos das ilhas de calor e ampliar a resiliência do município frente a eventos climáticos extremos, como alagamentos e ondas de calor.

- ODS 15 – Vida Terrestre

As ações planejadas também contribuirão para a conservação e restauração da biodiversidade urbana, por meio da substituição de espécies comprometidas e do enriquecimento vegetal com espécies nativas ou adaptadas, o que resultará em maior diversidade ecológica e equilíbrio nos ecossistemas urbanos.

De forma transversal, a execução do contrato também favorecerá o cumprimento de outros ODS, tais como:

- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, ao proporcionar ambientes urbanos mais saudáveis, com melhoria da qualidade do ar, incentivo à prática de atividades físicas e à convivência em áreas verdes;
- ODS 6 – Água Potável e Saneamento, uma vez que as áreas vegetadas contribuirão para o aumento da permeabilidade do solo e a redução da sobrecarga em redes pluviais;
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, com a geração de empregos qualificados nos serviços de manutenção, paisagismo e monitoramento ambiental;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, por meio da utilização de insumos sustentáveis, do manejo adequado de resíduos de poda e da adoção de práticas ambientalmente responsáveis na manutenção das áreas.

Dessa forma, a contratação representará uma ação estratégica da gestão municipal, reforçando o compromisso de Lauro de Freitas com o desenvolvimento urbano sustentável, com a responsabilidade socioambiental e com os acordos multilaterais assumidos pelo Brasil no âmbito da Agenda 2030.

A classificação do objeto como serviços de engenharia se fundamenta na Lei 14.133/2021, no Capítulo III, em seu artigo 6º, ao tratar das definições para fins legais, em seu Inciso XXI, assim define os "Serviços de engenharia":

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Por sua vez, o CONFEA, em sua "Decisão Normativa Nº 0047-92 16/12/1992" decidiu as atribuições e títulos profissionais da atividade de parcelamento do solo urbano (Incluindo o paisagismo), como uma atividade específica dos urbanistas, Engenheiros Agrônomos e posteriormente os Engenheiros Florestais. Assim, não restam margens de interpretação para a exclusividade do engenheiro para as atividades de paisagismo, bem como para Parques e Jardins.

Desta forma, uma vez sendo uma atribuição específica e privativa dos referidos profissionais, a manutenção de áreas verdes de solo urbano é um serviço de engenharia e assim deve ser exercido por estes profissionais. Vale ressaltar que o Conselho Regional de Engenharia exige ainda a anotação de Responsabilidade Técnica para a supracitada atividade, tanto para projetos quanto para a execução, em um exercício do controle de responsabilidade profissional (Lei 6.496/77).

Assim, a contratação ora descrita é essencial para a promoção da sustentabilidade ambiental, para a proteção dos recursos naturais e para a melhoria da qualidade de vida da população de Lauro de Freitas, alinhando-se aos princípios da administração pública e às diretrizes de desenvolvimento urbano sustentável.

1.2. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DAS ÁREAS MAPEADAS

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SEDUR realizou um levantamento preliminar que identificou as áreas prioritárias para as ações de arborização e paisagismo, destacando:

- Praças públicas nos bairros: **Itinga, Centro, Areia Branca, Pitangueiras, Vida Nova, Caji e Buraquinho;**
- Canteiros centrais das avenidas **Santos Dumont, Luiz Tarquínio e Brigadeiro Mário Epinghaus;**
- Áreas de convivência no entorno de escolas, unidades de saúde e centros comunitários;
- Áreas com deficiência de cobertura arbórea ou presença de árvores em condições fitossanitárias comprometidas.

Contudo, a **responsabilidade pela realização do mapeamento técnico detalhado caberá à empresa contratada**, que deverá:

- Realizar o **georreferenciamento** das áreas a serem objeto da intervenção;
- Elaborar um **inventário preliminar** das espécies arbóreas existentes;
- Produzir **registro fotográfico e imagens técnicas** georreferenciadas;

Identificar pontos críticos de necessidade de plantio, substituição ou enriquecimento vegetal.

Essas informações deverão ser compiladas e apresentadas à SEDUR por meio do Plano de Trabalho, a ser submetido para aprovação prévia antes do início das execuções em campo.

O Plano de Trabalho deverá conter, ainda, o cronograma de execução, metodologia de plantio, critérios de escolha das espécies, planejamento de manutenção e as demais exigências técnicas estipuladas no contrato.

IV. Imagens de algumas áreas mapeadas



Figura 1 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal



Figura 2 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal



Figura 3 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal



Figura 4 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal



Figura 5 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal



Figura 6 - Área passível de plantio de enriquecimento vegetal

	
<p>Figura 7 – Árvore doente a ser substituída</p>	<p>Figura 8- Árvore doente a ser substituída</p>
	
<p>Figura 9 –Área passível de enriquecimento vegetal (orla)</p>	<p>Figura 10 – Árvore doente a ser substituída (orla)</p>
	
<p>Figura 11 –Área passível de enriquecimento vegetal</p>	<p>Figura 12 –Área passível de enriquecimento vegetal (orla)</p>

V.Área modelo para execução inicial

A seguir, apresenta-se a proposta de modelo de execução para uma das áreas previamente mapeadas. Ressalta-se que, embora este modelo sirva como referência para a padronização dos serviços, cada área de intervenção deverá respeitar as suas características específicas, considerando as condições locais de solo, topografia, cobertura vegetal existente, uso do entorno e fluxo de pessoas.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Por exemplo, áreas destinadas prioritariamente à convivência e lazer, como praças e parques urbanos, deverão priorizar espécies arbóreas de maior porte e sombreamento, enquanto canteiros centrais de avenidas deverão adotar espécies de menor porte e crescimento controlado, compatíveis com a segurança viária e a manutenção da mobilidade urbana.

Assim, o modelo de execução deverá ser adequadamente adaptado para cada situação concreta, garantindo a funcionalidade, a segurança, a sustentabilidade e a estética dos espaços públicos requalificados.

Tipo de Recuperação:		Arborização
Endereço:		Rua dos Vereadores (próximo a CAJIBA e OAB)
Coordenadas:		574985 / 8574481
Projeção de espaçamento (m ²)		
Arborização:		Canteiros:
Deverá ser composto por um mosaico ordenado de espécies arbóreas e arbustivas, visando o desenvolvimento das copas e aumento da biodiversidade local, assim como, atrativo a avifauna local. O espaçamento deverá atender a distância de 3 metros, Modelo a seguir		Deverá ser constituído por espécies de porte pequeno, que possuam características de formação de cercado, deverá ser inserido 3 (três) exemplares a cada faixa de 1,00 metros. Modelo a seguir
Espécies Recomendadas		
Arbóreas	Arbustivas	Herbáceas/Subarbustivas
1 - Ipê rosa (<i>Handroanthus heptaphyllus</i>); 2 – Castanheira (<i>Pachira aquatica</i>); 3 - Nim (<i>Azadirachta indica</i>) 4 - Jambo (<i>Syzygium</i> sp) 5 – Flamboyant (<i>Delonix regia</i>)	1 – Cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>) 2 – Pitanga (<i>Eugenia uniflora</i>); 3 – Pinha (<i>Annona squamosa</i>); 4 – Aroeira Vermelha (<i>Schinus terebinthifolius</i>)	1 - Hortênsias (<i>Hydrangea macrophylla</i>); 2 – Cerca Equisoria (<i>Ixora coccínea</i>) 3- Pingo d'ouro (<i>Duranta erecta</i>)
Imagem aérea da área		



VI. Espécies Recomendadas para área modelo

➤ Arbóreas

- f) **Ipê rosa (*Handroanthus heptaphyllus*):** Árvore nativa da flora brasileira, possui porte elevado e de crescimento rápido. Indicada para ofertar sombras em locais públicos, além da exuberante beleza durante o período de floração



- g) **Castanheira (*Pachira aquatica*):** Árvore de médio a grande porte, nativa, oriunda das florestas amazônicas, com ótima adaptação a ambientes de mata Atlântica, recomendada para inserção em parques e praças devido a sua função ecológica de rápida propagação e crescimento. Ofertando também grande área sombreada.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



h) **Nim (*Azadirachia indica*)**: Árvore de origem indiana, com ótima adaptação ao bioma mata atlântica brasileiro, recomendada para arborização em parques e zona urbanas, devido a sua: resistência, alto porte, rápido crescimento e características inseticidas, funcionando como um repelente natural de insetos



i) **Jambo (*Syzygium* sp)**: Árvore exótica, que possui atrativo paisagístico devido a postura uniforme da copa alinhado ao principal, ideal para atrativos da avifauna (passariformes), devido a produção de flores e frutos, além do espetáculo do efeito de tapete rosa deixado durante o período de floração.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE



j) **Flamboyant (*Delonix regia*):** Árvore com alto potencial ornamental. Possui troncos estrondosos, com floração em boa parte do ano



➤ **Arbustivas**

a) **Cajueiro (*Anacardium occidentale*):** espécie nativa, frutífera e atrativa da avifauna, possui também propriedades medicinais, ideal para uso em praças e vias públicas, devido à sua exuberância.



b) **Pitanga (*Eugenia uniflora*)**: Espécie nativa do bioma Mata Atlântica, de comum ocorrência em zonas urbanas, ideal para ser inserida em zonas mortas de jardins, parque e praças, devido ao seu porte arbustivo e atrativo da avifauna, aumentando consideradamente a passagem de aves passeriformes.



c) **Pinha (*Annona squamosa*)**: Fruta tropical rica em nutrientes, conhecida por seu sabor doce e textura cremosa, sendo amplamente cultivada no Brasil e em outras regiões tropicais.



d) **Aroeira (*Schinus terebinthifolius*)**: Arvore nativa de características pioneiras, em domínio de áreas recentemente degradadas, possui porte arbustivo e de espelhamento horizontal, permitindo que apenas um indivíduo cubra uma grande porção do terreno.



➤ **Herbáceas**

d) **Hortênsias (*Hydrangea macrophylla*)**: planta com elevado grau de paisagismo, devido a exuberância e variações das cores das flores. Ideal para plantios próximos a canteiros e pés de paredes, mantendo se sempre em porte subarbustivo.



e) **Ixora (*Ixora sp.*)**: É conhecida popularmente como ixora ou alfinete. É um arbusto muito apreciado nas regiões de clima quente. Seu aspecto é compacto e suas folhas têm uma textura de couro. A floração ocorre na primavera e verão, e apresenta inflorescências com numerosas flores de coloração amarela, vermelha, branca, laranja ou cor-de-rosa.



f) **Pingo d'ouro (*Duranta erecta*)**: ideal para uso em canteiros de jardins, parques e praças devido ao seu poder ornamental, servindo também de área de vivência/abrigo para pequenos animais que ocorrem na localidade



2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, II)

A presente contratação não tem PCA (Plano de Contratação Anual) do ano de 2025, decorrente do fato de que o artefato de planejamento foi confeccionado pela gestão anterior. Entretanto, diante da necessidade da presente contratação para atendimento da demanda da Administração, torna-se imprescindível a realização da contratação para adequação posterior do PCA.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, III)

A modalidade da licitação para esta contratação será o PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, visto tratar-se de serviços comuns de engenharia, nos termos do art. 28, inciso I da Lei 14.133/2021, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos serviços.

A licitação será POR LOTE com o agrupamento de diversos itens que formarão o lote, de acordo com a especificação de sua natureza, similaridade ou proximidade entre os produtos ou serviços, otimizando o procedimento. Para a execução dos objetos pretendidos, a empresa escolhida para futura contratação deverá comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação técnica exigidos no edital.

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações previstas no Edital de Licitação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido serviço deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/21.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Para que o objeto seja concretizado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características deste, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, bem como buscar aderência aos padrões do mercado.

Referente ao cumprimento de prazos: A empresa contratada deve ser capaz de cumprir os prazos estabelecidos. Isso é essencial para garantir a realização do evento dentro do cronograma planejado.

A contratada deverá executar todos os serviços independente do quantitativo solicitado, não havendo necessidade de pedido mínimo para sua execução.

Todos os serviços bem como os procedimentos relacionados a sua perfeita execução deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

A proposta das empresas deverá conter a marca, o fabricante e a procedência do material oferecido, quando aplicável.

A contratada deverá apresentar garantia contratual correspondente ao percentual exigido de 5% (cinco por cento) sobre o valor inicial do contrato, conforme formas admitidas legalmente (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária).

A empresa contratada deverá possuir comprovada capacidade técnica e operacional para execução de serviços especializados em serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas, atendendo aos seguintes requisitos e obrigações contratuais:

- **Plantio de mudas arvores e palmáceas:** As mudas fornecidas deverão apresentar altura mínima de 2,5 metros, estar em bom estado fitossanitário, com raízes bem desenvolvidas em torrão íntegro e devidamente identificadas por espécie. As espécies deverão ser compatíveis com o clima e o solo do município e, preferencialmente, de valor paisagístico ou ecológico, conforme orientação da fiscalização;
- **Transplante de árvores, (CASO HAJA NECESSIDADE DE ACORDO COM AS INTERVENÇÕES PAISAGÍSTICAS)**

A incompatibilidade das árvores em um determinado local, não significa que as mesmas devam ser eliminadas. Frequentemente nos deparamos com casos em que a construção de prédios, aberturas de vias públicas, instalações de redes subterrâneas e aéreas, conflituam com a existência de uma árvore. Entretanto, se a árvore em questão for de grande importância paisagística ou rara, o transplante é uma alternativa para a preservação do espécime, bem como para a viabilização das obras.

O êxito desta operação depende largamente da qualidade do solo que abriga essa árvore, devendo-se realizar a operação de desmame de forma adequada e o preparo para o transplante com a fixação do fuste com



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

cabos ou cordas, em três ou quatro direções, para que o sistema radicular mantenha sua integridade máxima, além da realização de regas abundantes evitando a exposição prolongada das raízes ao sol antes e depois do transplante para o novo local. Além desses procedimentos é imprescindível que todo processo de transporte da árvore seja efetuado de forma articulada considerando-se as condições das vias de acesso ao local definitivo e a compatibilidade com os tipos de equipamentos, maquinários e veículos utilizados.

Para isso, a CONTRATADA deve executar os seguintes procedimentos metodológicos que garantam o desmame, o transplante, a remoção, o transporte e relocação, o replantio e a manutenção da árvore.

Estarão sujeitas a transplante as árvores de pequeno, médio e grande porte, que estejam nas áreas indicadas pela SEMMA com a sequência a seguir:

- Seleção e desmame das árvores a serem transplantadas;
- Abertura dos berços, efetuando as escavações no terreno natural com dimensões pré-definidas e adequadas ao porte da árvore a ser transplantada;
- Irrigação automatizada ou por meio de carros-pipa das árvores no processo de desmame (pré-transplante) e no pós-transplante;
- Realização das manutenções preventivas e corretivas no sistema de irrigação para evitar perdas de árvores por falta de água.
- Realização da manutenção das árvores após transplante com irrigação constante, aplicação de cobertura mulch sobre o solo, realização de podas de limpeza de galhos danificados e mortos, adubação e fertilização do solo, sustentação da árvore para garantir o equilíbrio e controle das pragas e doenças.
- O método de transplante deve ser adaptado a cada espécie e ser categorizada a sua execução em gradações conforme planilha desta licitação.
- Transplante de arbustos e herbáceas O transplante de arbusto e herbáceas (folhosas e floríferas) requerem cuidados específicos que garantam suas características vegetais até o plantio no local definitivo.
- Para isso, a CONTRATADA deve executar os seguintes procedimentos metodológicos que garantam o transplante para outros locais ou para recipientes.
- Estarão sujeitas ao transplante os arbustos e herbáceas que sejam indicadas pela SEMMA com a sequência a seguir:
- Seleção e desmame de plantas a serem transplantadas;
- Preparo dos canteiros e dos recipientes com dimensões e substrato adequado a cada espécie indicadas para transplante;
- Irrigação automatizada ou por meio de carros-pipa dos recipientes e dos canteiros no período pós-transplante;
- Realização das manutenções preventivas e corretivas no sistema de irrigação para evitar perdas de árvores por falta de água.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Realização da manutenção dos canteiros e dos recipientes após transplântio com irrigação constante, adubação e fertilização do solo, controle das pragas, doenças e ervas daninhas.
- **Limpeza e preparo das áreas públicas:** Antes da execução do plantio, a empresa deverá realizar a limpeza completa das áreas indicadas, com remoção de resíduos sólidos, vegetação invasora e preparo do solo (coroamento, destorroamento, adubação de base, quando aplicável), respeitando as características locais e o projeto paisagístico;
- **Substituição de espécimes arbóreos comprometidos:** A contratada será responsável pela remoção de árvores condenadas ou doentes, mediante laudo técnico aprovado pela SEDUR, e pelo replântio de novas mudas no local, com características similares, promovendo a recomposição vegetal;
- **Enriquecimento de áreas arborizadas:** Deverá ser realizado o plantio complementar em áreas já vegetadas, com introdução de novas espécies que contribuam para a diversidade ecológica, sombreamento e melhoria paisagística, respeitando o espaçamento técnico e os aspectos fitossanitários;
- **Serviços de manutenção técnica das áreas atendidas:** Durante o período de vigência contratual, a empresa deverá realizar a manutenção integral das mudas e áreas paisagísticas implantadas, incluindo:
 - Irrigação periódica compatível com a espécie e clima;
 - Adubação orgânica e/ou mineral conforme cronograma técnico;
 - Controle fitossanitário preventivo e corretivo contra pragas e doenças;
 - Podas de formação e limpeza vegetal;
 - Substituição de mudas que não apresentem bom desenvolvimento ou que venham a morrer.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL:

- Comprovação de que presta ou prestou, sem restrição, atividades de natureza semelhante pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A comprovação será feita por atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT – do profissional, expedida por este Conselho, compreendendo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela dos serviços mais relevantes, os quais abrange todos os serviços elencados na Planilha de Proposta de Preços.

Responsabilidade técnica: A empresa deverá dispor de profissional habilitado, com formação em Engenharia Agrônômica ou Engenharia Florestal, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável técnico pelo planejamento, execução e acompanhamento das atividades, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.

- O responsável técnico deverá acompanhar os serviços e comparecer ao campo, diariamente, até a conclusão das atividades geradas pela ordem de serviço.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- A empresa deverá dispor de profissional habilitado, com formação em Engenharia de segurança do trabalho, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia – CREA/BA, que será responsável pelo acompanhamento das atividades diárias, devendo assinar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) correspondentes.
- O encarregado para acompanhamento dos serviços deverá ter formação de Técnico Agrícola ou Técnico em Agropecuária com o devido registro no Conselho da Categoria;
- A CONTRATADA deverá possuir CAT com atestado técnico para projeto de instalações e Manutenções de Sistemas de Irrigação Automatizada em nome da empresa e do profissional.
- A CONTRATADA deverá possuir CAT com atestado técnico para transplantes de árvores, palmáceas e arbustos de restinga em nome da empresa e do profissional.
- A comprovação do vínculo entre a empresa e o profissional poderá se dar mediante contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, vínculo societário ou, ainda, por meio de declaração de compromisso de contratação futura, nos termos do Acórdão nº 1450/2022 – Plenário/TCU, desde que tal declaração esteja expressamente prevista no edital e apresentada na fase de habilitação. Essa medida visa resguardar a adequada execução contratual e assegurar a ampla competitividade do certame.
- Currículo do engenheiro responsável técnico: Cópia do RG, CPF e do registro no órgão competente.
- A empresa licitante ao certame licitatório deverá apresentar Registro ou Inscrição na entidade competente, emitido pelo Conselho Regional da Categoria.
- Apresentar o Comprovante de Inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais- CTF/APP: certidão emitida pelo sistema que demonstra a inscrição cadastral; (Instrução Normativa IBAMA nº 6, de 15/03/2013, DOU 11/04/2013).

A prestação dos serviços deverá atender aos padrões técnicos estabelecidos pela SEMMA, podendo ser exigida a apresentação de cronograma físico, plano de manutenção e relatórios técnicos periódicos durante a execução contratual.

3.1 DOS PRAZOS E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) O prazo de início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.
- b) Os serviços deverão ser realizados em horário comercial (das 8h às 17h), nos diversos logradouros do município de Lauro de Freitas/BA, conforme determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS- Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.
- c) Caso não seja possível o início da execução dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- d) A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua nas áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins) do município, conforme necessidade identificada pela SEMMA, formalizada por ordens de serviços. Essa sistemática assegura controle orçamentário, flexibilidade e resposta tempestiva à dinâmica urbana.
- e) Registre-se ainda que a presente contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



3.2 DOS REQUISITOS GERAIS

a) A prestação dos serviços deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos técnicos e operacionais, a fim de garantir a adequada execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas:

- **Execução com Base em Projeto Técnico Aprovado**
 - a. Todos os serviços deverão seguir projeto técnico previamente aprovado pela Administração Pública, contendo indicação das espécies vegetais, locais de plantio, espaçamentos, técnicas de manejo e cronograma de execução.
- **Implantação e Enriquecimento de Áreas Verdes**
 - a. Utilizar preferencialmente espécies nativas da Mata Atlântica e do ecossistema de restinga, devidamente adaptadas às condições edafoclimáticas da região.
 - b. As mudas deverão apresentar altura mínima de 1,20m (para árvores) e estar livres de pragas ou doenças.
 - c. Realizar preparo adequado do solo, adubação orgânica ou mineral conforme necessidade, abertura de berços e tutoramento das mudas plantadas.
- **Serviços de Plantio e Transplântio**
 - a. Executar o plantio em covas com dimensões compatíveis à espécie, com utilização de insumos que favoreçam o enraizamento e desenvolvimento da planta.
 - b. O transplântio de espécies vegetais já existentes deverá ser feito com técnicas adequadas para garantir o reestabelecimento da planta, incluindo o cuidado com torrão e raiz principal.
- **Substituição de Vegetações Comprometidas**
 - a. A contratada deverá realizar inspeções periódicas e providenciar, sem ônus adicional, a substituição de mudas mortas, danificadas ou doentes no período de garantia técnica (mínimo de 90 dias após o plantio).
- **Manutenção das Áreas Verdes e da Vegetação da Restinga**
 - a. A manutenção deverá incluir atividades de:
 - i. Irrigação periódica das mudas.
 - ii. Capina manual e roçagem seletiva (quando necessário).
 - iii. Controle de pragas e doenças por métodos ecológicos.
 - iv. Reposição de tutores e amarras.
 - v. Adubação de cobertura, conforme cronograma técnico.
- **Limpeza e Conservação das Áreas Atendidas**
 - a. Realizar limpeza das áreas antes e após a execução dos serviços, incluindo a remoção de resíduos sólidos, restos vegetais e outros detritos, com destinação ambientalmente adequada.
 - b. Manter a integridade dos canteiros, bordaduras e áreas delimitadas para o plantio.
- **Equipe e Fiscalização Técnica**
 - a. Disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução dos serviços, incluindo:
 - i. Responsável técnico legalmente habilitado (Engenheiro Florestal ou Agrônomo).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ii. Operários com experiência comprovada em jardinagem, manejo de vegetação e serviços similares.

b. Apresentar relatórios mensais detalhados das atividades executadas, contendo registros fotográficos, relação de espécies utilizadas, locais atendidos e eventuais intercorrências.

➤ **Equipamentos e Ferramentas Adequadas**

a. Utilizar ferramentas manuais e mecanizadas em perfeito estado de conservação e compatíveis com o tipo de serviço executado (ex: roçadeiras, cavadeiras, sopradores, regadores, caminhões-pipa etc.).

➤ **Preservação Ambiental e Boas Práticas**

a. As atividades não poderão causar danos à vegetação nativa, aos recursos hídricos ou ao solo das áreas de restinga.

b. Todo resíduo vegetal deverá ser reaproveitado ou destinado de forma sustentável, preferencialmente por compostagem ou trituração.

➤ **Segurança do Trabalho**

a. Os serviços deverão ser realizados conforme as normas de segurança vigentes, com uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores envolvidos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IV)

O quantitativo ora informado tem por base levantamento com base em consulta prévia de expectativa de uso anual da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, a fim de identificar a necessidade e quantidades dos itens a serem adquiridos de forma precisa.

Ressalta-se que esse levantamento levou em consideração fatores quanto à finalidade na frequência e utilização dos serviços, bem como a proporção de uso.

Desta forma, tem-se a previsibilidade de contratação dos seguintes quantitativos:

- Limpeza de até 25.000 m²;
- Plantio de aproximadamente 3.000 mudas de grande porte;
- Substituição de cerca de 3000 árvores;
- Enriquecimento com cerca de 600 mudas;
- Transplante de árvores, palmáceas e arbustos com cerca de 150 unidades;
- Manutenção geral por período inicial de 12 meses.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, V)

O presente levantamento de mercado tem como finalidade a análise das alternativas possíveis para a contratação, bem como a justificativa técnica e econômica da escolha da solução adotada para a contratação de empresa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas no Município de Lauro de Freitas/BA.

O objeto contempla a realização de atividades como limpeza de áreas, plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de vegetações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas, com foco na restauração ecológica e paisagística.

I. Análise das Alternativas Possíveis

Foram consideradas, inicialmente, três alternativas de solução:

a) Execução direta pela Administração Pública

Envolve a contratação de mão de obra e aquisição direta de insumos, equipamentos e veículos.

Limitações identificadas:

- Alta complexidade logística e operacional.
- Falta de corpo técnico permanente com especialização em manejo vegetal, paisagismo e ecossistemas costeiros como a restinga.
- Necessidade de licenças ambientais específicas e gestão contínua da operação.

b) Terceirização integral com escopo genérico e pagamento por equipe/diária

Consiste na contratação de empresa mediante pagamento fixo por equipe ou diária de serviço.

Limitações identificadas:

- Dificuldade de controle e aferição da efetividade dos serviços prestados.
- Risco de ociosidade e baixa produtividade.
- Inadequação às metas ambientais, já que não vincula o pagamento aos resultados (ex: número de mudas plantadas com sucesso).

c) Contratação especializada com execução contínua dos serviços a serem realizadas conforme ordem de serviço e medição por unidades de serviço

Trata-se da contratação de empresa especializada, com escopo técnico detalhado e pagamentos vinculados à efetiva execução dos serviços, conforme aferição da fiscalização.

Vantagens identificadas:

- Flexibilidade na execução, conforme planejamento municipal.
- Facilidade de fiscalização e controle de qualidade dos serviços.
- Alinhamento com boas práticas ambientais e metas de recuperação ecológica.
- Efetiva vinculação do pagamento aos resultados entregues.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Diante da análise técnica e econômica, a alternativa mais vantajosa para a Administração é a contratação com execução contínua dos serviços, por unidades de serviço, com medição por item executado.

II. Justificativa da Estimativa de Preço

Para a formação do valor de referência e validação da viabilidade econômica da contratação, foram consideradas as seguintes bases de dados e metodologias:

- **SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil):** referência nacional para composições de preços de serviços de engenharia, inclusive atividades de paisagismo, jardinagem e manutenção de áreas verdes.
- **ORSE (Orçamento de Obras Públicas do Estado da Bahia):** base regional com composições específicas para o contexto baiano, considerando mão de obra, insumos e logística local.
- **Composições Analíticas Técnicas:** elaboradas a partir de manuais técnicos, normas da ABNT e práticas do setor, para serviços específicos não contemplados em sua totalidade nas bases oficiais (ex: transplante de árvores, irrigação automatizada).
- **Cotações Locais:** realizadas junto a fornecedores e prestadores de serviços com atuação na Região Metropolitana de Salvador/BA, como forma de aferir os valores efetivamente praticados no mercado regional.

III. Modelo de Execução e Pagamento

A contratação será realizada sob o modelo "**de execução continuada**", com pagamentos por unidades de serviço executadas e atestadas pela fiscalização, assegurando:

- A economicidade do gasto público.
- A transparência e rastreabilidade da execução.
- A mensuração objetiva dos resultados.

Exemplos de unidades de serviço:

- Plantio de muda arbórea com insumos (unidade)
- Transplante de palmácea com torrão (unidade)
- Roçagem mecanizada de área verde (m²)
- Irrigação com caminhão-pipa (m³ ou km)
- Adubação e controle fitossanitário (m² ou kg)
- Fornecimento e plantio de forração (m²)

VII. Conclusão

A solução adotada — contratação de empresa especializada com execução continuada e medição por unidade de serviço — se mostra a mais adequada técnica e economicamente, permitindo a realização eficaz dos serviços, o atendimento às exigências legais e ambientais, além da adequada aplicação dos recursos públicos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VI)

Os preços foram compostos com base no SINAPI, ORSE, composições e cotações locais e parâmetros de mercado. A referência será por unidades de serviço, compatíveis com o modelo de contratação adotada.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 6.141.113,70 (Seis milhões, cento e quarenta e um mil, cento e treze reais e setenta centavos), conforme planilha de orçamento sintético e cronograma de desembolso anexo I deste ETP.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VII)

A presente contratação tem por objetivo a **execução de serviços especializados de Paisagismo e Jardinagem de áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas**, visando garantir a preservação ambiental, o embelezamento paisagístico, o controle da erosão e a melhoria da qualidade de vida da população.

A solução proposta contempla a **prestação contínua e adequada dos serviços de manejo e conservação da vegetação nativa e exótica**, bem como o **plantio, transplantio, substituição e enriquecimento vegetal em áreas públicas urbanas e costeiras**, com foco especial nas regiões de restinga, por se tratar de ecossistemas frágeis e de relevante importância ambiental.

Os serviços englobam, entre outros:

- **Limpeza e remoção de resíduos vegetais e urbanos** em áreas verdes, praças, parques, canteiros centrais, encostas e zonas de restinga;
- **Plantio e transplantio de mudas** de espécies arbóreas, arbustivas, palmáceas e forrações de grande porte, respeitando critérios técnicos de adaptação ao solo, clima e ecossistema local;
- **Substituição de indivíduos vegetais doentes, mortos ou em risco**, de modo a garantir a continuidade da arborização e sua segurança;
- **Enriquecimento da vegetação existente**, mediante introdução planejada de espécies nativas, especialmente da restinga, promovendo a recuperação de áreas degradadas e o aumento da biodiversidade;
- **Manutenção periódica** das áreas implantadas, com podas, irrigação, adubação, controle de pragas, capina e reposição de mudas, conforme as necessidades sazonais e técnicas de cada localidade;
- **Monitoramento e registro das atividades**, com fornecimento de relatórios técnicos, fotográficos e georreferenciados, conforme as diretrizes ambientais e urbanas do município.

A execução será realizada por empresa devidamente **capacitada, com corpo técnico qualificado e equipamentos adequados**, respeitando as **normas ambientais vigentes, os princípios da sustentabilidade e o planejamento urbano de Lauro de Freitas**.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

A adoção dessa solução visa a valorização dos espaços públicos, a proteção da vegetação litorânea e a promoção do desenvolvimento urbano aliado à conservação ambiental, em conformidade com os objetivos estratégicos do município e os compromissos assumidos no âmbito de políticas públicas ambientais e urbanísticas.

A seguir, são detalhadas as especificações técnicas de cada um dos itens que compõem esta solução:

Item	Descrição	Und	Quant.
1	LIMPEZA DE ÁREAS		
1.1	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m ²	25000
1.2	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m ²	25000
2	PLANTIO DE MUDAS, CERCAS VIVAS E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES		
2.1	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	UN	3000
2.2	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024	UN	2000
2.3	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10000
3	ENRIQUECIMENTO FLORESTAL		
3.1	Planta - Ipê roxo (Tabebuia impetiginosa), porte da muda = 1,50m, fornecimento e plantio	un	150
3.2	Planta - Ipê roxo (tabebuia) h=1,00m, fornecimento e plantio	un	150
3.3	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150
3.4	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro jovem, altura do tronco = 1.20m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150
4	TRANSPLANTIO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E ARBUSTOS		
4.1	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO .ATÉ 5KM	m ³	200
4.2	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m ³	200
4.3	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m ³	200
4.4	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200
4.5	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M . AF_07/2024	UN	200
5	MANUTENÇÃO TÉCNICA		
5.1	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Item	Descrição	Und	Quant.
5.2	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_06/2014	H	2920
5.3	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	100M	250

A solução busca, portanto, garantir um serviço de qualidade, considerando não apenas suas características intrínsecas, mas também sua origem, processamento, uso responsável e impacto ambiental. Este enfoque alinha-se com os princípios da economia circular e com a busca por práticas sustentáveis em todas as etapas do ciclo de vida do objeto.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, VIII)

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

A presente contratação tem por objeto a execução integrada de serviços especializados para paisagismo e jardinagem, abrangendo atividades como plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de espécies doentes ou mortas e enriquecimento de áreas já arborizadas.

Considerando a natureza do objeto e a interdependência técnica, operacional e funcional entre os diversos serviços a serem executados, não se mostra viável o seu parcelamento, uma vez que:

- Os serviços envolvem sequência lógica e articulada de etapas, que exigem planejamento conjunto, execução sincronizada e continuidade operacional;
- O fracionamento poderia comprometer a qualidade técnica e a uniformidade dos procedimentos e materiais utilizados, gerando resultados heterogêneos e, conseqüentemente, ineficientes sob o ponto de vista ambiental e paisagístico;
- A execução por empresas distintas comprometeria a coordenação geral do serviço, aumentando o risco de sobreposição de tarefas, falhas na comunicação entre equipes, atrasos operacionais e dificuldade na responsabilização por eventuais danos ambientais ou omissões;
- A manutenção das áreas verdes e da vegetação de restinga exige conhecimento específico sobre a ecologia local, sendo mais adequado que todo o manejo seja realizado por uma única empresa com domínio técnico do conjunto das ações;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- A adoção de múltiplos contratos exigiria ampliação dos esforços de fiscalização e gestão contratual por parte da Administração Pública, elevando os custos indiretos da contratação e diminuindo a eficiência da gestão pública.

Assim, o não parcelamento da solução se justifica pelo atendimento ao interesse público, à economicidade, à qualidade técnica da execução e à eficiência da fiscalização, além de assegurar a coerência ambiental das intervenções e o cumprimento das metas institucionais relativas à preservação e recuperação da cobertura vegetal do Município.

A concentração contratual, portanto, não configura prática antieconômica ou restritiva à competitividade, mas sim medida técnica necessária à obtenção do resultado esperado com a qualidade, segurança e continuidade exigidas pela Administração Pública.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, IX)

A presente contratação visa à obtenção de resultados concretos e mensuráveis relacionados à melhoria da qualidade ambiental urbana, à proteção dos ecossistemas naturais e à valorização dos espaços públicos verdes do Município de Lauro de Freitas. Com a execução dos serviços de paisagismo e jardinagem, pretende-se alcançar os seguintes resultados principais:

1. Recuperação e Qualificação das Áreas Verdes

- Reabilitação paisagística e funcional de áreas públicas urbanas com vegetação degradada, desorganizada ou inexistente;
- Implantação de novas áreas verdes com espécies nativas e adaptadas, priorizando a biodiversidade local e a função ecológica dos espaços;
- Reorganização paisagística de espaços abertos, com ganho estético, ambiental e social.

2. Preservação e Enriquecimento da Vegetação de Restinga

- Fortalecimento da cobertura vegetal em áreas de restinga, com plantio de espécies nativas características do ecossistema costeiro;
- Substituição de espécies doentes ou mortas, contribuindo para a resiliência ambiental da vegetação local;
- Estabilização de áreas arenosas e controle da erosão costeira.

3. Redução de Impactos Ambientais Urbanos

- Aumento da permeabilidade do solo, auxiliando no controle de alagamentos e na recarga dos aquíferos;
- Redução das ilhas de calor por meio da ampliação da cobertura vegetal;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Contribuição para a melhoria da qualidade do ar e do microclima urbano.

4. Sustentabilidade e Eficiência Operacional

- Implantação de práticas sustentáveis de manejo vegetal, como uso racional de água, compostagem e controle biológico de pragas;
- Redução da geração de resíduos verdes não aproveitados, com reaproveitamento em mulching e adubação orgânica;
- Otimização da logística e da execução dos serviços, com resultados homogêneos e continuidade na manutenção.

5. Educação Ambiental e Valorização Social

- Fortalecimento da percepção da população quanto à importância da arborização urbana e da conservação da restinga;
- Criação de espaços mais saudáveis, seguros e atrativos para o lazer, a convivência e o exercício da cidadania;
- Fomento à consciência ambiental e à corresponsabilidade da comunidade na preservação dos espaços públicos.

6. Atendimento às Normas e Planos Municipais

- Cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, na Política Municipal de Meio Ambiente e demais instrumentos de planejamento urbano;
- Atendimento às condicionantes ambientais e metas institucionais relacionadas à arborização e à proteção de ecossistemas sensíveis, como a restinga.

A contratação ora pretendida, portanto, tem como foco a transformação efetiva do ambiente urbano-natural do município, promovendo benefícios diretos à qualidade de vida da população, à sustentabilidade territorial e à proteção do patrimônio ecológico de Lauro de Freitas.

Por fim, pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município, bem como atendimento das demandas do objeto em tela, pelo período de 12 (doze) meses, almejando sempre pela economicidade e melhor aproveitamento dos recursos.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, X)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Para a celebração do contrato decorrente da **contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem nas áreas públicas do Município de Lauro de Freitas**, a Administração deverá adotar providências de natureza organizacional, voltadas à estruturação adequada da execução contratual e ao cumprimento eficiente das obrigações pactuadas.

Não se identificam, no presente caso, necessidades de:

- Migração de contratos vigentes;
- Contratações interdependentes ou correlacionadas;
- Providências condicionantes para viabilizar ou garantir a resolubilidade do objeto contratado.

Assim, as medidas preliminares a serem adotadas concentram-se em aspectos internos de governança contratual, conforme descrito a seguir:

a) Designação de Equipe de Fiscalização e Gestão Contratual

- Nomeação formal de servidores competentes para exercer as funções de gestor(a) do contrato e fiscais técnicos, com atribuições claramente definidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- Garantia de que os designados possuam capacitação técnica compatível com a natureza dos serviços a serem fiscalizados.

b) Estabelecimento de Critérios Claros e Objetivos de Fiscalização

- Estruturação de instrumentos de controle, com definição de parâmetros de aferição da execução dos serviços, com base nas unidades de medição previstas (m², unidade, kg, m³, etc.).
- Elaboração de roteiros, checklists ou formulários padronizados para apoiar a fiscalização no registro das atividades realizadas, com suporte fotográfico e georreferenciado, se necessário.

c) Implementação de Mecanismos de Controle e Monitoramento

- Criação de rotinas administrativas para:
 - Recebimento e conferência de relatórios mensais.
 - Registro e validação das medições por item executado.
 - Acompanhamento da garantia técnica das mudas plantadas e demais serviços sujeitos a verificação posterior.

d) Previsão de Procedimentos para Resolução Ágil de Demandas

- Estabelecimento de canal direto de comunicação entre a contratada e a equipe de fiscalização.
- Previsão de reuniões periódicas de alinhamento e acompanhamento.
- Estruturação de procedimentos internos para resolução célere de não conformidades, emissão de notificações e aplicação de penalidades, se necessário.

e) Registro e Transparência das Ações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Organização dos documentos e registros em meio físico e/ou digital, com inserção no sistema informatizado de gestão contratual adotado pelo Município.
- Garantia de publicidade e transparência dos atos, conforme determina a legislação.

As providências prévias à celebração do contrato concentram-se em medidas administrativas e organizacionais internas, capazes de garantir a efetividade da execução contratual, o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, e a correta aplicação dos recursos públicos. O modelo adotado, baseado em execução continuada e medição por unidade de serviço, demanda um arranjo institucional objetivo, técnico e funcional por parte da Administração.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XI)

Destacamos que não se faz necessária a realização de quaisquer outras contratações correlatas, e/ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objeto desta contratação seja atingido, cabendo à pessoa jurídica contratada a prática de todos os atos necessários à execução dos fins pretendidos.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XII)

A execução dos serviços de paisagismo e jardinagem das áreas verdes e do ecossistema de restinga envolve a intervenção em ambientes naturais e antrópicos sensíveis, com potencial para causar impactos ambientais positivos e negativos, os quais devem ser devidamente considerados e controlados mediante aplicação de medidas mitigadoras, compensatórias e preventivas.

a. Impactos Ambientais Potenciais

a.1 Impactos Positivos

- Recuperação de áreas degradadas e aumento da cobertura vegetal;
- Enriquecimento da biodiversidade com o plantio de espécies nativas;
- Redução da erosão do solo e proteção de encostas;
- Melhoria da qualidade do ar, microclima urbano e infiltração da água no solo;
- Valorização paisagística e aumento do bem-estar da população;
- Reforço à função ecológica das áreas de restinga como barreira natural, abrigo de fauna e proteção costeira.

a.2 Impactos Negativos (potenciais)

- Supressão acidental de vegetação nativa durante a limpeza ou preparo das áreas;
- Compactação do solo devido à movimentação de máquinas e equipes;
- Geração de resíduos vegetais e sólidos (embalagens, materiais descartados);



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Risco de introdução de espécies exóticas ou inadequadas ao ecossistema local;
- Poluição sonora e atmosférica durante a execução com maquinário;
- Interferência em habitat de fauna silvestre, especialmente em áreas de restinga.

b. Medidas Mitigadoras e Preventivas

Para reduzir e controlar os impactos ambientais negativos, a empresa contratada deverá adotar as seguintes medidas, sob fiscalização do município:

b.1. Proteção da Vegetação Nativa

- Demarcação prévia das áreas de intervenção para evitar danos a espécies nativas preservadas;
- Proibição expressa da supressão de vegetação fora dos limites autorizados;
- Planejamento das rotas de circulação de pessoal e equipamentos para evitar pisoteio e compactação excessiva do solo.

b.2. Uso de Espécies Adequadas

- Utilização preferencial de espécies nativas da Mata Atlântica e da restinga, compatíveis com as condições edafoclimáticas locais;
- Apresentação de lista botânica das espécies a serem utilizadas, sujeita à aprovação do órgão ambiental municipal.

b.3. Gerenciamento de Resíduos

- Recolhimento e destinação ambientalmente adequados dos resíduos sólidos e vegetais gerados;
- Reaproveitamento dos resíduos vegetais, sempre que possível, para compostagem ou cobertura morta (mulching).

b.4. Controle da Poluição

- Utilização de equipamentos com manutenção em dia e emissão controlada;
- Restrição do uso de insumos químicos (fertilizantes, defensivos) e priorização de alternativas orgânicas ou naturais;
- Execução dos serviços em horários compatíveis com o sossego da vizinhança, reduzindo impactos sonoros.

b.5. Proteção da Fauna

- Inspeção prévia das áreas com potencial presença de fauna silvestre (répteis, aves, pequenos mamíferos);
- Adoção de medidas de resgate e reintrodução, em caso de identificação de espécies durante as intervenções;
- Capacitação das equipes para o manejo seguro e não predatório de eventuais animais encontrados.

b.6. Monitoramento e Relatórios

- Elaboração de relatórios mensais de acompanhamento ambiental, contendo registros das ações executadas, ocorrências ambientais, identificação de espécies removidas ou plantadas e medidas de controle adotadas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

- Adoção de indicadores de desempenho ambiental que permitam avaliar a efetividade das ações mitigadoras.

A adequada aplicação dessas medidas visa garantir que os serviços contratados contribuam de forma efetiva para a conservação ambiental, respeitando os princípios da sustentabilidade, prevenção e responsabilidade socioambiental, assegurando o cumprimento da legislação ambiental vigente, especialmente no que se refere à proteção de áreas sensíveis como a restinga.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/2021, art. 18, § 1º, XIII)

Após a análise técnica do objeto, a avaliação das alternativas possíveis, o levantamento de mercado e a definição do modelo de execução, conclui-se que a contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplantio de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas, mostra-se adequada, oportuna e vantajosa para a Administração Pública.

A escolha pela execução contínua, com medição por unidades de serviço efetivamente prestadas, está alinhada aos princípios da economicidade, eficiência, sustentabilidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos, permitindo o controle preciso da execução, a adequação à demanda real e a vinculação direta entre pagamento e entrega de resultados.

O objeto atende às políticas públicas de meio ambiente, urbanismo e qualidade de vida, contribuindo para a valorização paisagística, recuperação ecológica de áreas degradadas, manutenção de áreas verdes urbanas e preservação da vegetação nativa de restinga, caracterizando-se como ação de interesse público e de relevância socioambiental.

Assim, considerando que a contratação é essencial para a execução dos serviços de paisagismo e jardinagem em áreas públicas do Município de Lauro de Freitas — tais como praças, parques, avenidas, jardins, logradouros e demais espaços afins —, abrangendo também as áreas verdes e o ecossistema de restinga, incluindo o plantio e o transplantio de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, a substituição de exemplares doentes e o enriquecimento de áreas já arborizadas, a equipe de planejamento entende ser **VIÁVEL** a realização da contratação, nos moldes previstos neste Estudo Técnico Preliminar, para atendimento contínuo às demandas da Administração Pública Municipal.

Lauro de Freitas-BA, 11 de setembro de 2025.

Mayara Santana Borges
Matrícula 120872

Brígido Nunes de Rezende Neto
Secretário Municipal de Meio Ambiente



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

ETP - ANEXO I

1. Planilha de quantitativos e orçamento de preços

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			LIMPEZA DE ÁREAS					R\$ 176.250,00	2,87 %
1.1	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	m²	25.000,00	R\$ 4,84	R\$ 6,17	R\$ 154.250,00	2,51 %
1.2	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	25.000,00	R\$ 0,69	R\$ 0,88	R\$ 22.000,00	0,36 %
2			PLANTIO DE MUDAS, CERCAS VIVAS E SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES					R\$ 1.324.430,00	21,57 %
2.1	98513	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_07/2024	UN	3.000,00	R\$ 58,78	R\$ 75,01	R\$ 225.030,00	3,66 %
2.2	98514	SINAPI	PLANTIO DE ÁRVORE FRUTÍFERA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_07/2024	UN	2.000,00	R\$ 67,08	R\$ 85,60	R\$ 171.200,00	2,79 %
2.3	98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_07/2024	UN	10.000,00	R\$ 72,74	R\$ 92,82	R\$ 928.200,00	15,11 %
3			ENRIQUECIMENTO FLORESTAL					R\$ 649.866,00	10,58 %
3.1	13737	ORSE	Planta - Ipê roxo (Tabebuia impetiginosa), porte da muda = 1,50m, fornecimento e plantio	un	150,00	R\$ 91,42	R\$ 116,66	R\$ 17.499,00	0,28 %
3.2	9126	ORSE	Planta - Ipê roxo (tabebuia) h=1,00m, fornecimento e plantio	un	150,00	R\$ 103,53	R\$ 132,11	R\$ 19.816,50	0,32 %
3.3	3646	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro adulto, altura do tronco = 4.20 m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150,00	R\$ 2.450,00	R\$ 3.126,56	R\$ 468.984,00	7,64 %
3.4	2400	ORSE	Fornecimento, transporte e plantio de coqueiro jovem, altura do tronco = 1.20m, inclusive adubação e manutenção por 90 dias	un	150,00	R\$ 750,00	R\$ 957,11	R\$ 143.566,50	2,34 %



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
4			TRANSPLANTIO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E ARBUSTOS					R\$ 170.962,00	2,78 %
4.1	C1253	SEINFRA	ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE DE TERRA RETIRADA DE CAVA ABERTA P/ PLANTIO .ATÉ 5KM	m³	200,00	R\$ 142,24	R\$ 181,51	R\$ 36.302,00	0,59 %
4.2	C2035	SEINFRA	PREPARO E SUBSTITUIÇÃO DE TERRA P/PLANTAÇÃO	m³	200,00	R\$ 175,96	R\$ 224,55	R\$ 44.910,00	0,73 %
4.2	C2534	SEINFRA	TRANSPORTE DE TERRA FÉRTIL.P/PLANTIO DE HERBÁCEAS/ÁRVORES ORNAMENTAIS	m³	200,00	R\$ 6,42	R\$ 8,19	R\$ 1.638,00	0,03 %
4.3	8814	ORSE	Fornecimento e plantio de palmeira mini imperial, média	un	200,00	R\$ 88,00	R\$ 112,30	R\$ 22.460,00	0,37 %
4.4	98518	SINAPI	PLANTIO DE PALMEIRA COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 4,00 M . AF_07/2024	UN	200,00	R\$ 257,23	R\$ 328,26	R\$ 65.652,00	1,07 %
5			MANUTENÇÃO TÉCNICA					R\$ 3.819.605,70	62,20 %
5.1	17.93.24	EMBASA	MANUTENCAO C/ APLICACAO DE FERTILIZANTE E ADUBO FOLIAR, INCL. ADUBACAO DE COBERTURA	HA	300,00	R\$ 5.944,32	R\$ 7.585,84	R\$ 2.275.752,00	37,06 %
5.2	53831	SINAPI	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - MATERIAIS NA OPERAÇÃO. AF_06/2014	H	2.920,00	R\$ 190,70	R\$ 243,36	R\$ 710.611,20	11,57 %
5.3	17.04.02	EMBASA	IRRIGACAO POR GOTEJAMENTO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EXCETO CONJUNTO MOTO-BOMBA2	100M	250,00	R\$ 2.611,74	R\$ 3.332,97	R\$ 833.242,50	13,57 %
						Total sem BDI		4.812.437,50	
						Total do BDI		1.328.676,20	
						Total Geral		6.141.113,70	

2. Cronograma de desembolso

Cronograma Físico e Financeiro



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS	330 DIAS	
IMPEZA DE ÁREAS	100,00% 176.250,00	50,00% 88.125,00	50,00% 88.125,00										
PLANTIO DE MUDAS, CERCAS VIVAS E SUBSTITUIÇÃO DE ARVORES	100,00% 1.324.430,00		20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00	20,00% 264.886,00						
ENRIQUECIMENTO FLORESTAL	100,00% 649.866,00					20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20	20,00% 129.973,20			
TRANSPLANTIO DE ARVORES, PALMÁCEAS E ARBUSTOS	100,00% 170.962,00				20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		20,00% 34.192,40		
MANUTENÇÃO TÉCNICA	100,00% 3.819.605,70		20,00% 763.921,14	10,00% 381.960,57		10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57	10,00% 381.960,57		10,00% 381.960,57	
agem		1,44%	18,19%	10,53%	4,87%	12,65%	13,21%	8,34%	8,89%	8,34%	0,56%	6,22%	
		88.125,00	1.116.932,14	646.846,57	299.078,40	776.819,77	811.012,17	511.933,77	546.126,17	511.933,77	34.192,40	381.960,57	4
agem Acumulado		1,44%	19,62%	30,16%	35,03%	47,68%	60,88%	69,22%	78,11%	86,45%	87,0%	93,22%	
acumulado		88.125,00	1.205.057,14	1.851.903,71	2.150.982,11	2.927.801,88	3.738.814,05	4.250.747,82	4.796.873,99	5.308.807,76	5.343.000,16	5.724.960,73	6



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS

Nº	Risco Identificado	Categoria	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas de Mitigação e Controle	Responsável
1	Inexecução parcial ou total dos serviços contratados	Execução contratual	Média	Alto	Alto	Exigir comprovação de capacidade técnica; exigir responsável técnico habilitado; fiscalização rigorosa e medições por unidade de serviço executada.	Contratada (execução) / Contratante (fiscalização)
2	Plantio de mudas com baixa taxa de sobrevivência	Técnico-ambiental	Alta	Médio	Alto	Definir critérios técnicos mínimos para qualidade das mudas; exigir substituição gratuita de mudas perdidas; acompanhar com relatórios fotográficos e fiscalização técnica.	Contratada
3	Dificuldade na fiscalização por ausência de critérios objetivos	Gerencial	Média	Alto	Médio	Estabelecer unidades de medição claras (m², unidade, kg); definir critérios e checklists para atestação dos serviços.	Contratante
4	Incidência de pragas ou doenças nas espécies vegetais	Técnico-operacional	Média	Médio	Médio	Exigir plano fitossanitário; prever medidas corretivas na manutenção; acompanhamento técnico periódico por engenheiro agrônomo ou florestal.	Contratada
5	Atraso no início ou execução das demandas	Operacional	Média	Médio	Médio	Incluir cláusulas de penalidades; definir cronograma de mobilização e prazos máximos para atendimento das ordens de serviço.	Contratada
6	Danos ao ecossistema de restinga por práticas inadequadas	Ambiental	Baixa	Alto	Médio	Exigir capacitação da equipe; exigir técnicas adequadas de manejo da vegetação nativa; exigir autorização ambiental quando aplicável.	Contratada
7	Falta ou inadequação de equipamentos para execução dos serviços	Logístico	Média	Médio	Médio	Solicitar relação de equipamentos disponíveis; verificar na visita técnica; exigir prontidão para substituição de equipamentos inoperantes.	Contratada
8	Acidentes de trabalho durante a execução dos serviços	Trabalhista/Segurança	Média	Alto	Alto	Exigir uso de EPIs; exigir plano de segurança e treinamento da equipe; fiscalização periódica das condições de trabalho.	Contratada
9	Descontinuidade dos serviços por rescisão contratual	Contratual	Baixa	Alto	Médio	Incluir cláusulas de penalidade e de transição; manter planejamento de alternativas emergenciais.	Contratante
10	Pagamento indevido por serviços não executados	Financeiro	Baixa	Alto	Médio	Adotar medição rigorosa com base em relatórios, planilhas e vistorias técnicas; exigir atestação prévia da fiscalização.	Contratante



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Classificação de Probabilidade e Impacto

- Probabilidade: Baixa | Média | Alta
- Impacto: Baixo (pouco relevante), Médio (relevante), Alto (muito relevante)
- Nível de Risco: Classificado conforme combinação entre probabilidade e impacto.

Considerações Finais

O mapa de riscos acima visa apoiar a gestão contratual desde a fase de planejamento até a execução, permitindo à Administração antecipar, monitorar e mitigar falhas que possam comprometer a boa prestação dos serviços. Recomenda-se que o documento seja revisado periodicamente pela equipe de fiscalização durante a vigência do contrato, especialmente em caso de alterações relevantes.

Iara Maria Miranda de Sá

Matrícula: 124049



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS /BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO V
DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ANEXO VI
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS	PRAZO DE EXECUÇÃO
--------------------------------	-------------------

LOTE ÚNICO				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX				

OBSERVAÇÕES:

1- Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.



ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de _____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, homologado em _____ e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____, de _____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Registro de preços para Contratação de empresa especializada para execução de serviços de paisagismo e jardinagem das áreas públicas (praças, parques, avenidas/logradouros, jardins e afins), incluindo áreas verdes e do ecossistema de restinga no Município de Lauro de Freitas, incluindo plantio e transplante de mudas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte, substituição de árvores, palmáceas e forrações doentes e enriquecimento de áreas já arborizadas, conforme demanda da administração pública municipal.

DADOS DA EMPRESA				
RAZÃO SOCIAL				
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO				
TELEFONE		FAX	EMAIL	
BANCO (NOME/Nº)		AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº	
LOTE ÚNICO				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL GERAL				
TOTAL GERAL (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXX				

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua publicação, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme disposto na Lei Federal 14.11/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

3.1 A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do serviço;
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.



CLÁUSULA QUARTA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

4.1 Recebimento

4.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da conclusão, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. Liquidação

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

4.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



4.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.3. Prazo de pagamento

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.4. Forma de pagamento

4.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A empresa contratada deverá realizar os serviços de acordo com a demanda da Administração, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades:

a) Limpeza e Preparo das Áreas

- Roçagem manual ou mecanizada da vegetação invasora ou excessiva;
- Coleta e remoção de resíduos sólidos e vegetais;
- Destinação adequada dos resíduos, conforme normas ambientais.

b) Plantio e Transplântio

- Abertura manual ou mecanizada de berços de plantio, com dimensões adequadas a cada espécie;
- Plantio de mudas nativas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte;
- Transplântio de espécies vegetais de locais em risco ou conflito, com técnicas adequadas para garantir sua sobrevivência;
- Tutoramento, irrigação e cobertura morta (mulching) para garantia da fixação das mudas;
- Adoção de medidas para garantir o enraizamento e adaptação das espécies transplantadas.

c) Substituição de Espécies Doentes ou Mortas

- Identificação e remoção de árvores, palmáceas e forrações em estado comprometido ou morto;
- Substituição por novas mudas com características equivalentes ou mais adequadas ao local.

d) Enriquecimento de Áreas Arborizadas

- Identificação de clareiras ou áreas com baixa densidade arbórea;
- Introdução de novas espécies nativas para enriquecimento da biodiversidade;
- Intervenções em conformidade com o plano paisagístico e ecológico do município.

e) Irrigação, Adubação e Manutenção

- Irrigação periódica das mudas plantadas e das áreas em implantação, especialmente nos períodos de estiagem;
- Adubação orgânica e/ou mineral conforme recomendação técnica;
- Controle de pragas e doenças com técnicas de manejo integrado, preferencialmente não químico;



- Podas de formação e limpeza, conforme as normas técnicas e recomendações ambientais.

f) Relatórios e Fiscalização

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, com registro fotográfico georreferenciado das áreas atendidas, descrição dos serviços realizados, espécies plantadas, quantidades, condições das mudas e observações técnicas;
- A fiscalização dos serviços será realizada por equipe designada pela Administração Pública, que poderá solicitar ajustes, correções ou realocação de recursos em campo, mediante justificativa técnica.

g) Pessoal e Equipamentos

- Toda a equipe envolvida deverá estar devidamente uniformizada e identificada, com uso obrigatório de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual);
- Os profissionais devem possuir capacitação compatível com suas funções, especialmente os responsáveis técnicos por atividades de plantio, poda e manuseio de espécies nativas;
- Os equipamentos utilizados deverão estar em bom estado de conservação e em conformidade com as normas de segurança e meio ambiente.

5.2. A prestação dos serviços deverá atender aos padrões técnicos estabelecidos pela SEMMA, podendo ser exigida a apresentação de cronograma físico, plano de manutenção e relatórios técnicos periódicos durante a execução contratual.

5.3. O prazo de início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

5.4. Os serviços deverão ser realizados em horário comercial (das 8h às 17h), nos diversos logradouros do município de Lauro de Freitas/BA, conforme determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS- Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.

5.5. Caso não seja possível o início da execução dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. A execução dos serviços ocorrerá **sob demanda**, conforme necessidade identificada pela SEMMA, formalizada por **ordens de serviço**. Essa sistemática assegura controle orçamentário, flexibilidade e resposta tempestiva à dinâmica urbana.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;



- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 6.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

6.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado;
- b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

6.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 6.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 6.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

6.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 6.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

6.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

- 6.9.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

6.10. A aplicação das sanções previstas no item 6.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no



contrato.

6.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;

7.5 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o IPCA;

7.6 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.7.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.7.3 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.7.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7.5 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.7.6 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.7.7 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.7.8 Por razão de interesse público;

7.7.8.1 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha (Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha (Nome, cargo, matrícula e lotação)



ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de _____, na _____ [endereço do órgão contratante], o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº _____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAISAGISMO E JARDINAGEM DAS ÁREAS PÚBLICAS (PRAÇAS, PARQUES, AVENIDAS/LOGRADOUROS, JARDINS E AFINS), INCLUINDO ÁREAS VERDES E DO ECOSISTEMA DE RESTINGA NO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, INCLUINDO PLANTIO E TRANSPLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E FORRAÇÕES DE GRANDE PORTE, SUBSTITUIÇÃO DE ÁRVORES, PALMÁCEAS E FORRAÇÕES DOENTES E ENRIQUECIMENTO DE ÁREAS JÁ ARBORIZADAS, CONFORME DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº xxxx/2025, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal estimada de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 Recebimento

4.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da conclusão, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo



de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.2. Liquidação

4.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

4.2.7. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



4.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

4.3. Prazo de pagamento

4.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

4.4. Forma de pagamento

4.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

5.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – GESTÃO E CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

8.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.8. A Gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços ou Contrato ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente- SEMMA.

8.9. Fiscalização:

8.9.1. A Secretaria definirá os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, através de Portaria para tal finalidade, publicada na imprensa oficial.

8.9.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

8.9.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.9.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.9.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.10. Gestor do Contrato

8.10.1 Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 9.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 9.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 9.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 9.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- 9.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

9.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

9.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

9.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

9.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Executar devidamente os serviços descritos no Termo de Referência, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- c) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos



utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

- k) A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- f) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- g) A Administração fica reservado o direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 A empresa contratada deverá realizar os serviços de acordo com a demanda da Administração, incluindo, mas não se limitando às seguintes atividades:

a) Limpeza e Preparo das Áreas

- Roçagem manual ou mecanizada da vegetação invasora ou excessiva;
- Coleta e remoção de resíduos sólidos e vegetais;
- Destinação adequada dos resíduos, conforme normas ambientais.

b) Plantio e Transplântio

- Abertura manual ou mecanizada de berços de plantio, com dimensões adequadas a cada espécie;
- Plantio de mudas nativas de árvores, palmáceas e forrações de grande porte;
- Transplântio de espécies vegetais de locais em risco ou conflito, com técnicas adequadas para garantir sua sobrevivência;
- Tutoramento, irrigação e cobertura morta (mulching) para garantia da fixação das mudas;
- Adoção de medidas para garantir o enraizamento e adaptação das espécies transplantadas.

c) Substituição de Espécies Doentes ou Mortas

- Identificação e remoção de árvores, palmáceas e forrações em estado comprometido ou morto;
- Substituição por novas mudas com características equivalentes ou mais adequadas ao local.

d) Enriquecimento de Áreas Arborizadas

- Identificação de clareiras ou áreas com baixa densidade arbórea;
- Introdução de novas espécies nativas para enriquecimento da biodiversidade;
- Intervenções em conformidade com o plano paisagístico e ecológico do município.

e) Irrigação, Adubação e Manutenção

- Irrigação periódica das mudas plantadas e das áreas em implantação, especialmente nos períodos de estiagem;
- Adubação orgânica e/ou mineral conforme recomendação técnica;
- Controle de pragas e doenças com técnicas de manejo integrado, preferencialmente não químico;
- Podas de formação e limpeza, conforme as normas técnicas e recomendações ambientais.

f) Relatórios e Fiscalização

- A contratada deverá apresentar relatórios mensais de execução, com registro fotográfico georreferenciado das áreas atendidas, descrição dos serviços realizados, espécies plantadas, quantidades, condições das mudas e observações técnicas;



- A fiscalização dos serviços será realizada por equipe designada pela Administração Pública, que poderá solicitar ajustes, correções ou realocação de recursos em campo, mediante justificativa técnica.

g) Pessoal e Equipamentos

- Toda a equipe envolvida deverá estar devidamente uniformizada e identificada, com uso obrigatório de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual);
- Os profissionais devem possuir capacitação compatível com suas funções, especialmente os responsáveis técnicos por atividades de plantio, poda e manuseio de espécies nativas;
- Os equipamentos utilizados deverão estar em bom estado de conservação e em conformidade com as normas de segurança e meio ambiente.

12.2. A prestação dos serviços deverá atender aos padrões técnicos estabelecidos pela SEMMA, podendo ser exigida a apresentação de cronograma físico, plano de manutenção e relatórios técnicos periódicos durante a execução contratual.

12.3. O prazo de início dos serviços é de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.

12.4. Os serviços deverão ser realizados em horário comercial (das 8h às 17h), nos diversos logradouros do município de Lauro de Freitas/BA, conforme determinado pelo setor demandante, o qual será indicado na OS- Ordem de Serviço, ou Nota de Empenho.

12.5. Caso não seja possível o início da execução dos serviços na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

12.6. A execução dos serviços ocorrerá **sob demanda**, conforme necessidade identificada pela SEMMA, formalizada por **ordens de serviço**. Essa sistemática assegura controle orçamentário, flexibilidade e resposta tempestiva à dinâmica urbana.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A secretaria demandante declara haver previsibilidade orçamentária para atendimento da presente demanda. Solicitação/Reserva de Dotação anexa nos autos do Processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1 Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1 É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5. A sanção de **multa** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 16.1, respeitados os seguintes parâmetros:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo de convocação fixado;
- b) multas indenizatórias e moratórias fixadas no contrato.

16.6. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.7. A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 16.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.9.1. As multas previstas neste capítulo não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.11. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou a contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou a contratada poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

16.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

16.16. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a contratada a multa de mora, na forma prevista no contrato.

16.16.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:



- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Boletim Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, _____ de _____ de _____.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)